

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá

Macapá-AP, 2019

Relatório de gestão do exercício 2018

2018

Relatório de gestão do exercício 2018

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 170/2018 e das orientações do órgão de controle interno.

Macapá-AP, 2019

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

CAU/AP - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá.

CPL - Comissão Permanente de Licitação.

CAU/UFs - Conselho de Arquitetura e Urbanismo das Unidades Federativas.

RH - Recursos Humanos.

SICCAU - Sistema de Informação e Comunicação do CAU.

TI - Tecnologia da Informação.

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Lista de Anexos e Apêndices

Título	Descrição
Organograma CAU AP.png	
Fontes e usos	Quadro geral fontes e usos
Execução por centro de custos	Empenhado, liquidado e pago
Declaração do contador	Declaração das demonstrações contábeis
Notas explicativas CAU/AP	Notas explicativas das demonstrações contábeis 2018
Deliberação CPFOA.pdf	
Delebração Plenário de Aprovação do Relatório de Gestão CAU_AP.pdf	
Declaração da Unidade de Pessoal.pdf	
CAUAP2018ParecerBDO.pdf	

Sumário

2. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	8
2.1 - MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	9
3. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	11
3.0 - INTRODUÇÃO	12
3.1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	13
3.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	16
4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	20
4.0 - INTRODUÇÃO	21
4.1 - INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS	22
4.2 - ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	30
4.3 - INFORMAÇÕES DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	31
4.4 - ATIVIDADES DE CORREÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	32
4.5 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO	33
4.6 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	34
4.6.1 - AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS USUÁRIOS	35
4.6.2 - MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	36
4.6.3 - MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	40
5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	41
5.0 - INTRODUÇÃO	42

5.1 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	43
6. RESULTADO DA GESTÃO	44
6.0 - INTRODUÇÃO	45
6.1 - OBJETIVOS E METAS	46
6.2 - RESULTADOS	51
7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	67
7.0 - INTRODUÇÃO	69
7.1 - DECLARAÇÃO DOS TITULARES DA SECRETARIA-EXECUTIVA E DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	71
7.1.1 - DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS RELEVANTES DE GESTÃO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS DA UPC NO EXERCÍCIO	80
7.2 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	82
7.2.1 - DESPESAS DETALHADAS	84
7.2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES	88
7.2.3 - DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL EM COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO ESPERADO	94
7.2.4 - EXPLICAÇÕES SOBRE VARIAÇÕES DO RESULTADO	96
7.2.5 - PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	98
7.3 - GESTÃO DE PESSOAS	99
7.3.1 - AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	100
7.3.2 - DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL	105
7.3.3 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA	107

7.4 - GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	109
7.5 - GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	110
7.6 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	114
7.7 - GESTÃO DE CUSTOS	115
7.8 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	116
8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	125
8.0 - INTRODUÇÃO	126
8.1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR / OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS	127
8.2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	128
9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	165
9.1 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	166
10. ANEXOS E APÊNDICES	171
10.1 - ANEXOS E APÊNDICES	172
CONCLUSÃO	174
ASSINATURA(S)	201

2. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

2.1 - MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

Missão institucional

Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo.

Objetivos estratégicos

Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo;
Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade;
Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade;
Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo;
Assegurar a sustentabilidade financeira.

Prioridades da gestão

O CAU/AP atuou prioritariamente para o alcance do objetivo estratégico "Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade" e "Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo".

Principais resultados da gestão

Os resultados encontram-se em objetivos e metas.

Desafios e perspectivas

O CAU/AP ainda encontrou dificuldades para a realização de algumas ações programadas para o ano de 2018, em função de seu pequeno

quadro de pessoal e por estar na situação de CAU/Básico. Mesmo com os desafios de manter toda a estrutura em funcionamento e manter as metas da gestão 2018-2020, está prestando contas aos arquitetos e a sociedade em geral de maneira clara, objetiva, correta e acessível no intuito de tornar as ações mais transparentes possível.

Em 2018 o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP teve seu início marcado pela presença da nova gestão, onde destacou-se pela escolha de seu Presidente o Arquiteto e Urbanista Cesar Augusto Batista Balieiro, que assumiu o compromisso na condução dos trabalhos da gestão 2018-2020.

Com intuito de maximizar as ações e agilizar o cumprimento dos processos internos foram definidas duas comissões, a Comissão Ensino e Formação, Ética e Exercício Profissional – CEFEEP e a Comissão de Planejamento, Finanças, Organização e Administração – CPFOA.

Focando na execução de seus objetivos estratégicos: Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo, a equipe de fiscalização realizou seu trabalho em três principais frentes: 01 - Vazão de processos pendentes que estavam na CEFEEP de exercícios anteriores, 02 - Fiscalização de denúncias e 03 - Cronograma de fiscalização do exercício.

Neste sentido, o primeiro semestre, o foco principal foi a tratativa de demandas de exercícios anteriores que estavam congestionados na CEFEEP, que contabilizavam cerca de 70 processos. A CEFEEP se posicionou em 20 deliberações com temáticas voltadas principalmente ao ensino e formação dos arquitetos e urbanistas recém-registrados e com a ética e o exercício da profissão através de campanhas de valorização das atividades da profissão. A fiscalização atendeu cerca de 37 denúncias, gerou 313 novos processos que, destes, 241 foram arquivados por inexistência de irregularidade e/ou regularizados e 72 que estão em análise.

Em Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade, o CAU/AP criou a Gerencia Técnica e de Fiscalização, que no decorrer do ano buscou aproximação direta nos atendimentos, onde foram gerados cerca de 1.680 atendimentos entre presenciais, telefônico e no SICCAU.

Buscando Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade no ano de 2018 o CAU/AP criou a assessoria especial, voltada para a criação de um canal mais dinâmico e versátil para facilitar a interação com os clientes. Foram intensificados principalmente a comunicação em redes sociais.

Com intuito de Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo realizou o II seminário de capacitação em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS, onde foram registrados cerca de 161 pessoas em 02 dias de evento.

Para atender o objetivo Assegurar a sustentabilidade financeira o CAU/AP reforçou principalmente a Colar como Texto sem Formatação ação de cobranças de dívida ativa, Consoante a Lei de Responsabilidade Fiscal, abrangendo tanto ações administrativa quanto judicial. Nesse sentido foram registrados cerca de 165 processos de pessoa física e 44 processos de pessoa jurídica. De forma estratégica atendeu os dispositivos legais que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, onde realizou 14 processos de dispensa, 03 processos de inexigibilidade e firmou 09 contratos administrativos.

3. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

- 3.0 - Introdução
- 3.1 - Visão geral organizacional e ambiente externo
- 3.2 - Estrutura organizacional

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá

CAU/AP

14.846.532/0001-59



Autarquia Federal
NATUREZA JURÍDICA



(96) 3223-6194
TELEFONE



94.12-0-01
CÓDIGO CNAE



ENDEREÇO DO CONSELHO

Avenida Caramuru, nº 356
LOGRADOURO

Macapá
CIDADE

AP
UF

Beiril
BAIRRO

68902100
CEP

COMPLEMENTO



www.cauap.org.br
SITE



gerenciaadministrativa@cauap.gov.br
E-MAIL

3.1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Mensagem clara sobre missão e visão

Missão do CAU: Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos. Visão ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo.

Ambiente externo

O Conselho, por meio de ações estratégicas, vem marcando de significativa sua atuação junto aos profissionais, empresas e a sociedade, por meio de ações de fiscalização que se destinam a orientar e acompanhar o desenvolvimento dos profissionais que atuam na capital e nos demais municípios, buscando ainda, manter contato com as prefeituras a fim de efetivar as parcerias que garantirão uma melhor atuação do Conselho.

OPORTUNIDADES:

- Novas práticas sociais;
- Novas tecnologias;
- União e apoio das entidades de arquitetura e dos arquitetos e urbanistas;
- Reorganização espacial do país;
- Abertura para criação de um novo modelo de conselho.

AMEAÇAS:

- Desconhecimento e desinformação dos arquitetos e urbanistas e da sociedade;
- Má distribuição dos profissionais no estado;
- Imagem negativa dos conselhos em geral;

- Baixa valorização do projeto e do planejamento pelo poder público;
- Desvalorização do profissional pela remuneração;
- Baixa inserção do arquiteto na esfera pública.

Modelo de negócios

Business Model Canvas, nesse segmento se enquadra tudo o que um novo projeto é capaz de oferecer para os clientes e de que maneiras ele pode gerar valor para o mercado — seja com produtos inovadores, serviços diferenciados diante da concorrência, e assim por diante. O CAU/AP detalhou os em seu modelo os principais destaques no seu próprio modelo de negócios.

MODELO DE NEGÓCIO - CAU/AP

Parâmetros Estratégicos e Fornecedores	Atividades-Chave	Proposta de valor/Produtos e Serviços	Relacionamento com o público-alvo	Público-alvo
<ul style="list-style-type: none"> A Sociedade Orçãos públicos nas três esferas de governo Instituições de ensino e pesquisa Arquitetos e urbanistas Entidades de classe Empresas de projetos e construção 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de produtos e serviços Plano de Fiscalização Gestão da informação (gestão do conhecimento) Gestão eletrônica de documentos e processos Gestão do relacionamento Comunicação Atendimento Planejamento e gestão estratégica Prestação de contas Produção de encontros presenciais (palestras, feiras e mostras especializadas, seminários, oficinas, congressos, conferências, outros) Normatização da profissão Consultoria/ orientações Treinamentos/cursos de capacitação Convênios (implantação e funcionamento de escritórios modelo, projetos e pesquisas) Plano de Comunicação <p>Recursos-Chave</p> <p>Capital humano</p> <ul style="list-style-type: none"> Conselheiros BR e UP Colaboradores do CAU/AP Funcionários, contratados, conveniados <p>Infraestrutura Física</p> <ul style="list-style-type: none"> Sede <p>Tecnologia</p> <ul style="list-style-type: none"> Siccau Portal CRM (Customer Relationship Management) Inteligência geográfica Implanta Apps 	<ul style="list-style-type: none"> Ética e transparência Excelência organizacional Comprometimento com a inovação Unicidade e integração Democratização da informação e conhecimento Interlocução de arquitetura e urbanismo na sociedade <p>Básicos/ Essenciais (Próximos 02 Anos)</p> <ul style="list-style-type: none"> Acreditação Registro e certificação Fiscalização Informação e comunicação para arquitetura e sociedade <p>Articulação para integração de políticas públicas</p> <ul style="list-style-type: none"> Normatização da atividade profissional Convênios e patrocínio <p>Novos para o futuro (05 À 10 Anos)</p> <ul style="list-style-type: none"> Capacitação Continuada Produção e difusão do conhecimento Fomento para a pesquisa aplicada Valorização das boas práticas/ premiações frente a sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> Call center Redes sociais – Fóruns de debate Mídias (Imprensa, revistas especializadas, eventos relacionados, publicações gerais do CAU) / Mídia subliminar Portal do CAU SICCAU (Considerando apenas como canal de entrega) Atendimento presencial do CAU/AP / Canais de atendimento presencial (pelo CAU e parceiros) Ouidoria Encontros presenciais (palestras, feiras e mostras especializadas, seminários, workshops, Congressos, conferências, outros) Programa de benefícios (plano de saúde, convênios com instituições de ensino, certificadoras, descontos para ingressos de eventos da profissão, outros) Apps/IGEO para mostrar quem são os arquitetos das obras <p>Canal de entrega dos serviços</p> <p>On line</p> <ul style="list-style-type: none"> Siccau Portal on line <p>Presencial</p> <ul style="list-style-type: none"> Sedes regionais (físicas/ funcionários) Pontos móveis/ provisórios de atendimento (físicas/ funcionários) Pontos de atendimento dedicados ou compartilhados com os parceiros: Instituições de ensino, prefeituras municipais Publicidade Publicações Recursos Áudio-visuals Assessoria de imprensa 	<ul style="list-style-type: none"> Relações de prestação de serviços Relações políticas e institucionais Relações de fiscalização Relações de formação profissional e pesquisa Relações de captação de recursos Relações associativas Relações culturais e científicas Público infanto-juvenil Sociedade
<p>Estrutura de custos</p> <ul style="list-style-type: none"> Sistema de informação: Sistemas de relacionamento com o arquiteto e urbanista (acervo, registro e certificação), Data center Capital humano Operação, ampliação e aprimoramento dos sistemas de fiscalização Produção de encontros presenciais (palestras, feiras e mostras especializadas, seminários, oficinas, congressos, conferências, outros) Infraestrutura física (construção e manutenção das sedes) Parcerias nacionais e internacionais para inovação, projetos, integração de políticas públicas, produção de conhecimento, patrocínio e convênios Desenvolvimento/precificação de produtos e serviços Comunicação e marketing Capacitação continuada – reciclagem profissional Reuniões plenárias e de comissões para normatização da atividade profissional 		<p>Fontes de receitas</p> <ul style="list-style-type: none"> Anuidades Emissão de RRT e certidões Fiscalização atuante (novas RRT e multas) Convênios e parcerias para fiscalização (cartórios, sindicatos, etc) Locação e serviço de TI Propagandas, com incentivo ao uso do site do CAU 		

3.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Áreas/Subunidades estratégicas:	Agente de Fiscalização
Competência:	Fazer cumprir e fiscalizar o exercício profissional nos termos da Lei 12.378/2010 e das Resoluções do CAU/BR.
Titular:	Charles de Oliveira da Silva e Natasha Farias Leão
Cargo:	Agente de Fiscalização
Período de atuação:	10/03/2014
Período de atuação:	
Áreas/Subunidades estratégicas:	Analista de Informática
Competência:	Suporte técnico para as atividades de gerenciamento e manutenção de rede lógica e física que compõe a estrutura do TI, auxiliando nas atividades de atendimento pelo Sistema do CAU.
Titular:	Marcus Vinicius Barbato Gonzaga
Cargo:	Analista de Informatica
Período de atuação:	10/03/2014
Período de atuação:	
Áreas/Subunidades estratégicas:	Assistente Administrativo
Competência:	Realizar o atendimento dos profissionais no SICCAU, auxiliando nas demais atividades administrativas.
Titular:	Thais Gonçalves Matos
Cargo:	Assistente Administrativo
Período de atuação:	10/03/2014
Período de atuação:	

Áreas/Subunidades estratégicas:	Gerência Administrativa e Financeira
--	---

Competência: Está vinculada à Presidência, responsável pelo acompanhamento das atividades administrativas

Titular: Aline Aguiar Rodrigues

Cargo: Secretária Geral

Período de atuação: 10/03/2014

Período de atuação:

Áreas/Subunidades estratégicas:	Gerência Técnica e de Fiscalização
--	---

Competência: Atendimento, fiscalização e demandas técnicas do CAU/AP

Titular: Luana Sibeli Mira Barbosa

Cargo: Gerente Técnico e de Fiscalização

Período de atuação: 05/01/2018

Período de atuação:

Áreas/Subunidades estratégicas:	Presidência
--	--------------------

Competência: Cesar Augusto Batista Balieiro

Titular: Encontra-se descrita no art. 57 , incisos e art. 58 do Regimento Interno do CAU/AP.

Cargo: Presidente

Período de atuação: 01/01/2018

Período de atuação: 31/12/2020

Áreas/Subunidades estratégicas:	Procuradoria Jurídica
--	------------------------------

Competência: Assessoria e representação jurídica do CAU/AP.

Titular: Anderson Couto do Amaral

Cargo: Procurador Jurídico

Período de atuação: 05/01/2018

Período de atuação:

Áreas/Subunidades estratégicas: Secretaria Geral

Competência: Organizar e secretariar as reuniões, preparar e organizar arquivos documentais em geral, contralar agenda de compromissos, entre outros.

Titular: Aline Aguiar Rodrigues

Cargo: Secretária Geral

Período de atuação: 10/03/2014

Período de atuação:

Áreas/Subunidades estratégicas: Vice Presidência

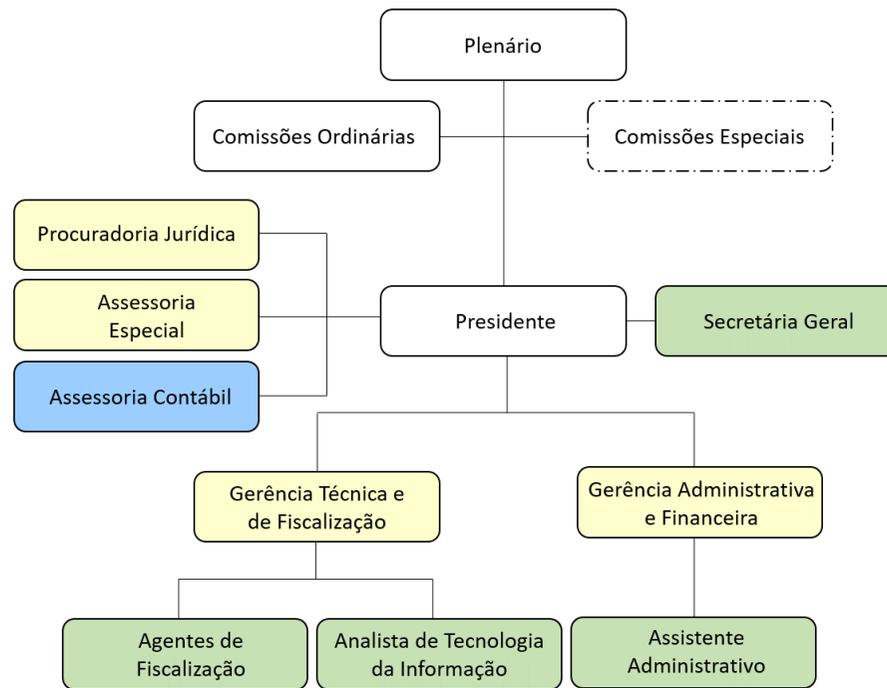
Competência: Encontra-se descrita no CAPÍTULO VI, Seção II Do Vice-Presidente, no Regimento Interno do CAU/AP.

Titular: Welton Alvino Barreiros

Cargo: Vice Presidente

Período de atuação: 01/01/2018

Período de atuação: 31/12/2018



Legenda:

- Conselheiros
- Livre Provisamento
- Terceirizados
- Servidores de Carreira

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

- 4.0 - Introdução
- 4.1 - Informações sobre dirigentes e colegiados
- 4.2 - Atuação da unidade de auditoria interna
- 4.3 - Informações da empresa de auditoria independente contratada
- 4.4 - Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos
- 4.5 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário
- 4.6 - Canais de acesso do cidadão
 - 4.6.1 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários
 - 4.6.2 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
 - 4.6.3 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

4.0 - INTRODUÇÃO

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, compreendendo a Unidade Nacional – CAU/BR e as Unidades Estaduais – CAU/UF, autarquia criada pela Lei 12.378/2010, tem como função “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo”. O Planejamento Estratégico busca através da avaliação dos resultados obtidos com a aplicação da estratégia atual, bem como de uma reflexão sobre os cenários de atuação e de recursos, estabelecer um conjunto de prioridades e metas para orientar a atualização dos planos de ação do CAU/BR e dos CAU/UF, visando o alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do CAU, que é a síntese do seu Planejamento Estratégico 2023. O Planejamento estratégico 2023 foca nas prioridades, políticas, estratégias e resultados para o alcance da missão Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos e da visão Ser Reconhecido como Referência na Defesa e Fomento das Boas Práticas da Arquitetura e Urbanismo. O Plano de Ação de 2018 realizado com base no Planejamento Estratégico até 2023, elaborado de forma integrada com os parceiros internos. Os projetos e atividades – metas, resultados e indicadores de desempenho, focaram a contribuição a cada objetivo estratégico.

O Plano de Ação do CAU/BR e dos CAU/UF para o exercício de 2018. Seguem as premissas e orientações estratégicas traçadas no Planejamento Estratégico do CAU - na visão de longo prazo 2023, objetivando ao atendimento às perspectivas e objetivos estratégico que se apresentam no Mapa Estratégico. Para a elaboração do Plano de Ação, Planejamento Tático e Operacional, estruturado em iniciativas estratégicas - projetos e atividades vinculados aos objetivos estratégicos priorizados para o exercício, as orientações e destinações estratégicas de recursos estão em conformidade com as políticas e prioridades estabelecidas pelo Conselho, para 2018, na forma das Diretrizes para Elaboração do Plano de Ação, aprovadas. No decorrer do exercício, frente às metas realizadas e resultados alcançados no período, bem como a novas políticas e diretrizes que se façam necessárias para um melhor desempenho da atuação do Conselho, na busca do alcance de sua Missão e Visão, e em prol do fortalecimento da profissão e da arquitetura e urbanismo, as correções de rumo que se fizeram necessários foram objeto de ajustes no processo das reprogramações do Plano de Ação e Orçamento 2018, que ocorreram no período, observando as prioridades e estratégias definidas nas Diretrizes para Reprogramação do Plano de Ação e Orçamento do CAU, na forma aprovada pelo Plenário. Os limites e condições de alocação de recursos estratégicos para o exercício de 2018 situaram-se, praticamente, nas metas previstas/aprovadas para o exercício. As variações frente às metas previstas justificaram pelas adequações realizadas pelo CAU/BR, visando a um melhor atendimento às políticas e prioridades de atuação estabelecidas no alcance da Missão e Visão do Conselho.

4.1 - INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

Dirigente:	CESAR AUGUSTO BATISTA BALIEIRO
CPF:	226.364.472-53
Cargo:	Presidente
Registro Profissional:	A217212
Entidade:	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Eleições gerais realizadas no dia 31 de Outubro de 2017, em conformidade com o disposto na Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR Nº 122, de 23 de Setembro de 2016
Ato de designação:	Diploma
Data do Ato de designação:	14/12/2017
Data inicial do mandato:	01/01/2018
Data final do mandato:	31/12/2020
Informações adicionais	
Dirigente:	ITAMAR MOIZES SALVIANO FARIAS
CPF:	291.687.592-15
Cargo:	
Registro Profissional:	A1209922
Entidade:	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Eleições gerais realizadas no dia 31 de Outubro de 2017, em conformidade com o disposto na Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR Nº 122, de 23 de Setembro de 2016.

Ato de designação: Diploma
Data do Ato de designação: 14/12/2017
Data inicial do mandato: 01/01/2018
Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: JOHN DAVID BELIQUE COVRE

CPF: 984.984.362-49

Cargo: Conselheiro Titular

Registro Profissional: A1118692

Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições gerais realizadas no dia 31 de Outubro de 2017, em conformidade com o disposto na Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR Nº 122, de 23 de Setembro de 2016.

Ato de designação: Diploma

Data do Ato de designação: 14/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: WELTON BARREIROS ALVINO

CPF: 010.473.282-24

Cargo:

Registro Profissional: A1146920

Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições gerais realizadas no dia 31 de Outubro de 2017, em conformidade com o disposto na Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR Nº 122, de 23 de Setembro de 2016.

Ato de designação: Diploma

Data do Ato de designação: 14/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: ADAILSON OLIVEIRA BARTOLOMEU

CPF: 891.489.911-04

Cargo: Conselheiro Titular

Registro Profissional: A408255

Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições gerais realizadas no dia 31 de Outubro de 2017, em conformidade com o disposto na Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR Nº 122, de 23 de Setembro de 2016

Ato de designação: Diploma

Data do Ato de designação: 14/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: ANELIZA SMITH BRITO

CPF: 429.368.702-59

Cargo:

Registro Profissional: A254053

Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições gerais realizadas no dia 31 de Outubro de 2017, em conformidade com o disposto na Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR Nº 122, de 23 de Setembro de 2016.

Ato de designação: Diploma

Data do Ato de designação: 14/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente:	SHIRLEI CRISTINA RIBEIRO FERREIRA
-------------------	--

CPF: 840.870.302-10

Cargo: Conselheiro Titular

Registro Profissional: A644080

Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições gerais realizadas no dia 31 de Outubro de 2017, em conformidade com o disposto na Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR Nº 122, de 23 de Setembro de 2016.

Ato de designação: Diploma

Data do Ato de designação: 14/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: ALEX MAIA XAVIER

CPF: 523.597.272-49

Cargo:

Registro Profissional: A636576

Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições gerais realizadas no dia 31 de Outubro de 2017, em conformidade com o disposto na Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR Nº 122, de 23 de Setembro de 2016.

Ato de designação: Diploma

Data do Ato de designação: 14/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: KLINGER FERREIRA DE OLIVEIRA

CPF: 019.216.062-15

Cargo: Conselheiro Titular

Registro Profissional: A1236245

Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Eleições gerais realizadas no dia 31 de Outubro de 2017, em conformidade com o disposto na Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR Nº 122, de 23 de Setembro de 2016.

Ato de designação:

Diploma

Data do Ato de designação:

14/12/2017

Data inicial do mandato:

01/01/2018

Data final do mandato:

31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente:

ALBERIO PANTOJA MARQUES

CPF:

480.600.202-00

Cargo:

Registro Profissional:

A1201450

Entidade:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/A

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:

Eleições gerais realizadas no dia 31 de Outubro de 2017, em conformidade com o disposto na Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR Nº 122, de 23 de Setembro de 2016.

Ato de designação:

Diploma

Data do Ato de designação:

14/12/2017

Data inicial do mandato:

01/01/2018

Data final do mandato:

31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente:

HUMBERTO MAURO ANDRADE CRUZ

CPF: 140.077.462-49

Cargo:

Registro Profissional: A209880

Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições gerais realizadas no dia 31 de Outubro de 2017, em conformidade com o disposto na Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR Nº 122, de 23 de Setembro de 2016.

Ato de designação: Diploma

Data do Ato de designação: 14/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente:	LEONARDO DE JESUS DOS SANTOS BELTRÃO
-------------------	---

CPF: 889.414.002-44

Cargo: Conselheiro Federal Suplente

Registro Profissional: A736660

Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições gerais realizadas no dia 31 de Outubro de 2017, em conformidade com o disposto na Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR Nº 122, de 23 de Setembro de 2016.

Ato de designação: Diploma

Data do Ato de designação: 14/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato:

31/12/2020

Informações adicionais

4.2 - ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Não existe previsão de tal unidade na estrutura do CAU/AP justificada pelo porte e orçamento da entidade. Entretanto, segundo o artigo 11, da Resolução CAU/BR nº 174/2018, dentre as atribuições da Auditoria Interna do CAU/BR (Conselho Federal) consta o acompanhamento mensal da gestão e adequação às normas, pelo CAU/BR e pelos CAU/UF, como instância de apoio, mediante análises e emissões de relatórios sobre as demonstrações contábeis e controles internos.

4.3 - INFORMAÇÕES DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

SISTEMÁTICA DE CONTRATAÇÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE	O Processo referente a contratação de Auditoria Independente se deu por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, segundo os ditames jurisprudenciais do TCU, sem prejuízo da melhor forma de assegurar se a qualificação técnica de possíveis licitantes, nos limites legais.		
NOME DA EMPRESA CONTRATADA	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES – SOCIEDADE SIMPLES	CPNJ DA CONTRATADA	54.276.939/0001-79
ENDEREÇO DA EMPRESA CONTRATADA	Rua Major Quedinho, nº 90, 3º andar, Bairro Consolação - CEP: 01050-030 - São Paulo – SP.		
CONTATO	Tel: +55 (11) 3848 5880 - Fax: +55 (11) 3045 7363 - www.bdobrazil.com.br		
DATA DO CONTRATO	06/09/2018	VALOR DO CONTRATO	R\$254.650,36
SERVIÇOS CONTRATADOS	Execução dos trabalhos de análise, revisão e emissão de relatórios e pareceres sobre os controles internos e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, quanto à posição financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e dos 27 Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF.		
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	O quarto termo aditivo contratual assinado com a licitante em 06/09/2018 teve vigência contratual alterada, visando à adequação às necessidades da Administração, dentro dos limites legais da Lei nº 8.666/93.		

4.4 - ATIVIDADES DE CORREÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá diante da necessidade de monitoramento das ações que podem representar risco para a estratégia da instituição, tem buscado utilizar alguns mecanismos de supervisão periódica para acompanhamento das atividades propostas.

4.5 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

Não houve necessidades de apuração de responsabilidade por danos no exercício de 2018.

4.6 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Introdução

O CAU/AP possui como canais de acesso do cidadão o portal da transparência com as principais informações e resultados da gestão, bem como, possui em seu site institucional o canal de denúncias de obra irregulares no Amapá, podendo ser realizado tanto profissional quanto a sociedade em geral. No intuito de ampliar os canais de acesso, foram criadas redes sociais.

Buscando garantir a transparência da gestão de recursos administrativos e financeiros, o Conselho está em processo de atualização das informações que serão disponibilizados em nossa página institucional.

Análise Crítica

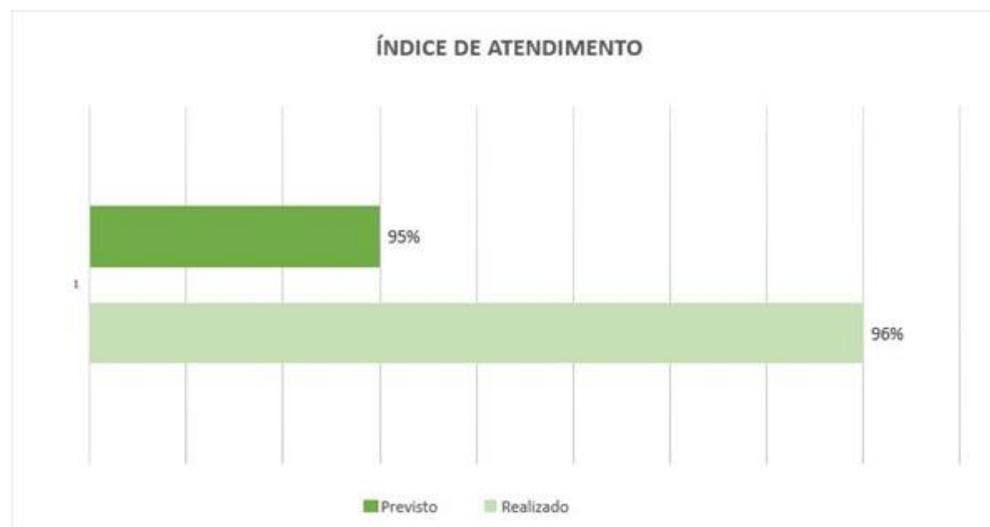
O desafio é colocar a disposição da sociedade, todas as informações necessárias para garantir a transparência das ações do CAU/AP.

Solicitações	Reclamações	Denúncias	Sugestões	Atendimentos/Encaminhamentos
1680	0	37	0	1993

Canais de Acesso

4.6.1 - AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS USUÁRIOS

O CAU/AP, em 2018 foram recebidas 37 denúncias por esse canal das quais 37 foram apuradas, ou seja, 100%. Com relação aos atendimentos em 2018, o gráfico a seguir mostra que da meta prevista de 95% das solicitações recebidas o CAU/AP ultrapassou ficando em 96% do atendimento das solicitações.



4.6.2 - MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Introdução

O Portal da Transparência do CAU/AP tem o objetivo de permitir ao cidadão o acesso transparente e integral a informações diversas sobre a autarquia federal.

A ferramenta atende à Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação, que normatiza os artigos 5º e 37º da Constituição Federal ao estabelecer que todas as informações disponíveis em qualquer entidade pública sejam disponibilizadas na internet, com exceção apenas de documentos oficialmente declarados como sigilosos.

Endereço do portal da transparência

http://www.cauap.gov.br/?page_id=6015

Informações disponíveis ao Cidadão

Estão disponíveis no portal da transparência do CAU/AP as seguintes informações:

Institucional

- Apresentação
- Carta de Serviços
- Quem é Quem (Composição do Conselho) (Comissões CAU/AP)
- Atas de Reuniões (Reuniões Ordinárias) (Reuniões Extraordinárias)
- Deliberações Plenárias

- Agenda
- Eleições 2017

Legislação

- Leis Federais
- Atos do CAU/BR (Regimento Geral) (Resoluções) (Deliberações Plenárias)
- Atos do CAU/AP (Regimento Interno) (Portarias CAU/AP)
- Acordos Regionais
- Consultas Públicas

Planejamento

- Mapa Estratégico
- Plano de Ação de Orçamento
- Relatórios de Auditoria
- Relatório de Gestão – TCU
- Balanço Orçamentário

Finanças

- Relação de Pagamentos
- Demonstrativos de Despesas
- Comparativo de Despesa
- Comparativo de Receita
- Demonstração de Fluxo de Caixa
- Balanço Financeiro
- Balanço Patrimonial
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Relação de Bens Móveis

- Relação de Bens Imóveis
- Relação de Empenhos

Licitações

- Editais e Resultados
- Contratos e Convênios

Viagens

- Passagens Aéreas
- Diárias e Deslocamentos

Gestão de Pessoas

- Organograma e Cargos
- Quadro de Empregados
- Tabela de Remuneração
- Folha de Pagamento
- Regulamento Disciplinar dos empregados do CAU/AP
- Atos Administrativos

Chamadas Públicas

- Chamadas Públicas

Concurso Público

- Concurso Público

Arquitetos e Urbanistas

- Consulta de registros
- Quantitativo de registros

- Verificação de RRT
- Quantitativo de RRT
- Censo Profissional
- Pesquisa CAU/BR-Datafolha
- Dados Georreferenciados
- Eleições do CAU
- Cadastro de Denúncias

O Sistema de Informação e Comunicação do CAU, disponibiliza em sua área pública as seguintes opções de consulta:

Acesso Rápido

-
- + Verificar Autenticidade de Certidões
- + Verificar Autenticidade de Declarações
- + Verificar Autenticidade de RRT
- + Cadastrar Denúncia
- + Ache um Arquiteto
- + Tabela de Honorários
- + RDA - Solicitar ou Consultar um Registro de Direito Autoral – Rol de extratos
- + Consultar Eleições

Análise crítica

O CAU/AP tem como canais de acesso o instagram: https://www.instagram.com/cau_ap/?hl=pt-br, facebook: <https://www.facebook.com/CAUAP/> e o site <http://www.cauap.gov.br/> no qual podem ser registradas denúncias de obras irregulares.

4.6.3 - MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

No intuito de disseminar as principais ações do CAU, são publicados regularmente, em suas redes sociais e site, informações no âmbito local, por meio do CAU/AP, e em âmbito nacional e internacional através do CAU/BR.

Para garantir a acessibilidade aos eventos promovidos pelo CAU/AP, a gestão 2018-2020, priorizou em suas contratações de espaços em que tenham sido obedecidas à Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis.

5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- 5.0 - Introdução
- 5.1 - Gestão de riscos e controles internos

5.0 - INTRODUÇÃO

Como instrumento para gerir as ocorrências dos possíveis riscos nas atividades dentro do CAU/AP, buscando garantir o bom desenvolvimento na gestão de pessoas, o Conselho promove o acompanhamento periódico das atividades de seus servidores como forma de verificação e correções das ações estratégicas, acompanha a saúde laboral de seus colaboradores por meio de exames realizados anualmente, disponibiliza ao setor de fiscalização os Equipamentos de Proteção Individuais essenciais para o desenvolvimento das atividades fiscalizatórias, realizou a troca das cadeiras inadequadas para a acomodação correta dos servidores.

5.1 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O CAU/AP, por meio da atuação da Comissão de Planejamento, Finanças, Orçamento e Administração - CPFOA, identifica, analisa, avalia, prioriza, trata e monitora riscos positivos ou negativos capazes de afetar os objetivos, programas, projetos ou processos de trabalho do CAU/AP nos níveis estratégico, tático e operacional. Para tanto, são realizadas reuniões mensais para análise e acompanhamento das receitas e despesas.

Esse acompanhamento, também, é realizado pelo Conselho Federal que por meio do sistema contábil, analisa as contas dos CAU/UFs a fim de identificar qualquer inconsistência de receitas e despesas.

O levantamento das receitas são encaminhadas mensalmente pelo CAU/BR para análise do CAU/UFs com o objetivo de serem tomadas as medidas de correções, caso necessário. Quando identificadas as entradas menores do que previsto é realizada a reprogramação financeira, evitando que aquele CAU/UF entre em déficit orçamentário. Através desses levantamentos foi identificado alto índice de inadimplência de empresas e profissionais de com relação ao pagamento da anuidade de exercícios anteriores, como medida para a diminuição da inadimplência foi aprovado pelo Federal o refinanciamento, oferecendo a melhores condições de negociações.

6. RESULTADO DA GESTÃO

- 6.0 - Introdução
- 6.1 - Objetivos e Metas
- 6.2 - Resultados

6.0 - INTRODUÇÃO

Focando na execução de seus objetivos estratégicos: Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo, a equipe de fiscalização realizou seu trabalho em três principais frentes: 01 - Vazão de processos pendentes que estavam na CEFEEP de exercícios anteriores, 02 - Fiscalização de denúncias e 03 - Cronograma de fiscalização do exercício. Neste sentido, o primeiro semestre, o foco principal foi a tratativa de demandas de exercícios anteriores que estavam congestionados na CEFEEP, que contabilizavam cerca de 70 processos. A CEFEEP se posicionou em 20 deliberações com temáticas voltadas principalmente ao ensino e formação dos arquitetos e urbanistas recém-registrados e com a ética e o exercício da profissão através de campanhas de valorização das atividades da profissão. A fiscalização atendeu cerca de 37 denúncias, gerou 313 novos processos que, destes, 241 foram arquivados por inexistência de irregularidade e/ou regularizados e 72 que estão em análise.

Em Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade, o CAU/AP criou a Gerencia Técnica e de Fiscalização, que no decorrer do ano buscou aproximação direta nos atendimentos, onde foram gerados cerca de 1.680 atendimentos entre presenciais, telefônico e no SICCAU.

Buscando Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade no ano de 2018 o CAU/AP criou a assessoria especial, voltada para a criação de um canal mais dinâmico e versátil para facilitar a interação com os clientes. Foram intensificados principalmente a comunicação em redes sociais.

Com intuito de Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo realizou o II seminário de capacitação em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS, onde foram registrados cerca de 161 pessoas em 02 dias de evento.

Para atender o objetivo Assegurar a sustentabilidade financeira, o CAU/AP reforçou principalmente a ação de cobranças de dívida ativa, Consoante a Lei de Responsabilidade Fiscal, abrangendo tanto ações administrativa quanto judicial. Nesse sentido foram registrados cerca de 165 processos de pessoa física e 44 processos de pessoa jurídica.

6.1 - OBJETIVOS E METAS

Visão Geral

Apresentação da técnica de planejamento estratégico adotada

O método utilizado pelo CAU/AP foi baseado na utilização da técnica de planejamento BSC - Balanced Scorecard, que visa alcançar o alinhamento entre o planejamento estratégico e suas atividades operacionais, traduz missão e estratégia em objetivos e medidas.

Se pauta na busca pelo aprimoramento das ações que visem assegurar os processos, atividades e a sustentabilidade financeira do Conselho, com análise econômica e social do país com reflexos na arquitetura e urbanismo. Os níveis tático e operacional possuem limites estabelecidos para aplicação de recurso, que visão garantir sua execução efetiva . A técnica é aplicada com foco nos objetivos estratégicos por meio da utilização dos indicadores e metas descritos no plano de ação do CAU/BR e dos CAU/UF.

Visão

Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo.

Missão

Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos.

Valores

- Ética e transparência
- Excelência organizacional
- Comprometimento com a inovação
- Unicidade e integração
- Democratização da informação e conhecimento
- Interlocução da Arquitetura e Urbanismo na sociedade

Diagnóstico Estratégico

Análise de ambiente interno

O Conselho vem buscando um constante aprimoramento da gestão e das atividades, com incentivos e capacitação para os servidores, objetivando garantir o melhor atendimento no desenvolvimento dos serviços institucionais.

FORÇAS:

- Legitimação pela categoria profissional;
- Presença em todas as unidades da federação;
- Competência e comprometimento dos conselheiros, funcionários e demais colaboradores;
- Ausência de história negativa;
- Base tecnológica diferenciada;
- Poder de “polícia”
- Criado com 100 mil arquitetos e urbanistas já registrados;
- Apoio das entidades nacionais;
- Possuir a experiência e a história acumuladas por mais de 90 anos pelas entidades de Arquitetos.

FRAQUEZAS:

- Insegurança financeira

- Carência de informações sobre o público-alvo;
- Tecnologia própria em desenvolvimento;
- Influência do antigo conselho;
- Fluxos e processos inter-relacionados;
- Insustentabilidade financeira de alguns CAU/UF.

Análise de ambiente externo

O Conselho, por meio de ações estratégicas, vem marcando de significativa sua atuação junto aos profissionais, empresas e a sociedade, por meio de ações de fiscalização que se destinam a orientar e acompanhar o desenvolvimento dos profissionais que atuam na capital e nos demais municípios, buscando ainda, manter contato com as prefeituras a fim de efetivar as parcerias que garantirão uma melhor atuação do Conselho.

OPORTUNIDADES:

- Novas práticas sociais;
- Novas tecnologias;
- União e apoio das entidades de arquitetura e dos arquitetos e urbanistas;
- Reorganização espacial do país;
- Abertura para criação de um novo modelo de conselho.

AMEAÇAS:

- Desconhecimento e desinformação dos arquitetos e urbanistas e da sociedade;
- Má distribuição dos profissionais no estado;
- Imagem negativa dos conselhos em geral;
- Baixa valorização do projeto e do planejamento pelo poder público;
- Desvalorização do profissional pela remuneração;
- Baixa inserção do arquiteto na esfera pública.

Fatores críticos para o sucesso do planejamento estratégico

O Conselho possui limitações significativas dentro de sua estrutura de pessoal, que aliado a questões orçamentárias, representam um fator de grande relevância diante da efetivação das ações propostas.

Elaboração da Estratégia

Identificação da estratégia atual

Aprimorar e inovar os processos mais significativos e retomar as ações que possam representar fatores de melhoria para o desenvolvimento estratégico.

Identificação da estratégia futura

Um dos maiores desafios está na garantia da sustentabilidade financeira que representam o maior desafio a ser alcançado, pois será o fator que irá impactar diretamente no modo de condução das ações estratégicas.

Objetivos e Metas

- Macro Objetivo:

Assegurar a eficácia no atendimento

Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade.

◦ Macro Objetivo:

Assegurar a sustentabilidade financeira

Garantir que o Conselho alcance sua autossustentabilidade.

◦ Macro Objetivo:

Eficácia no Relacionamento e Comunicação

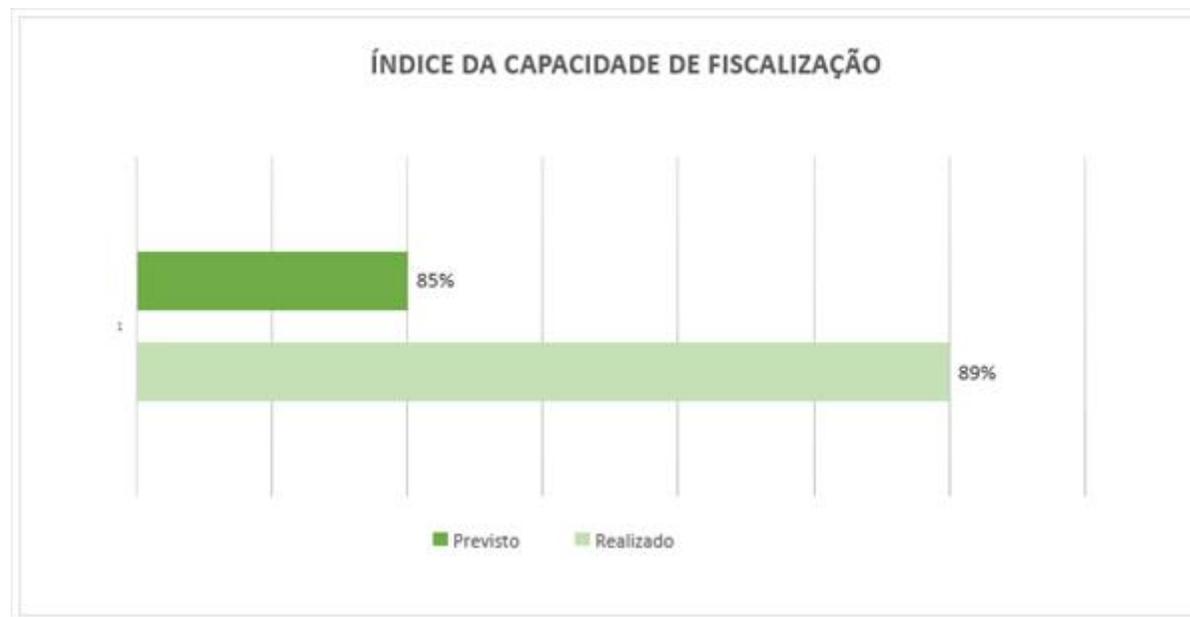
Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade.

◦ Macro Objetivo:

Fiscalização

Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo.

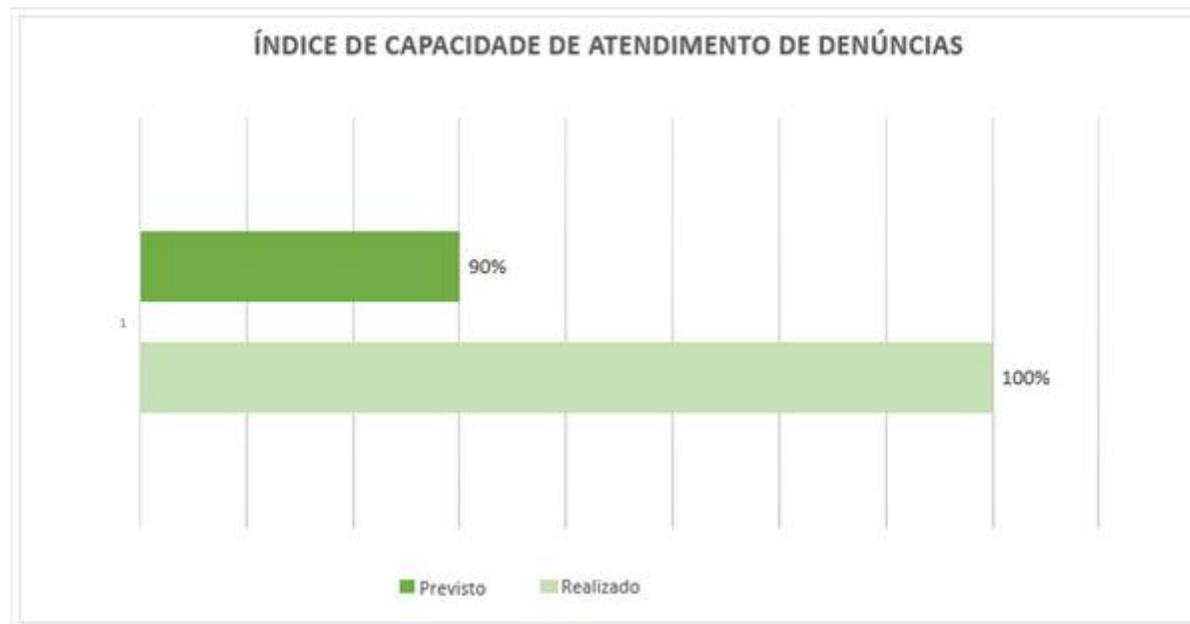
6.2 - RESULTADOS



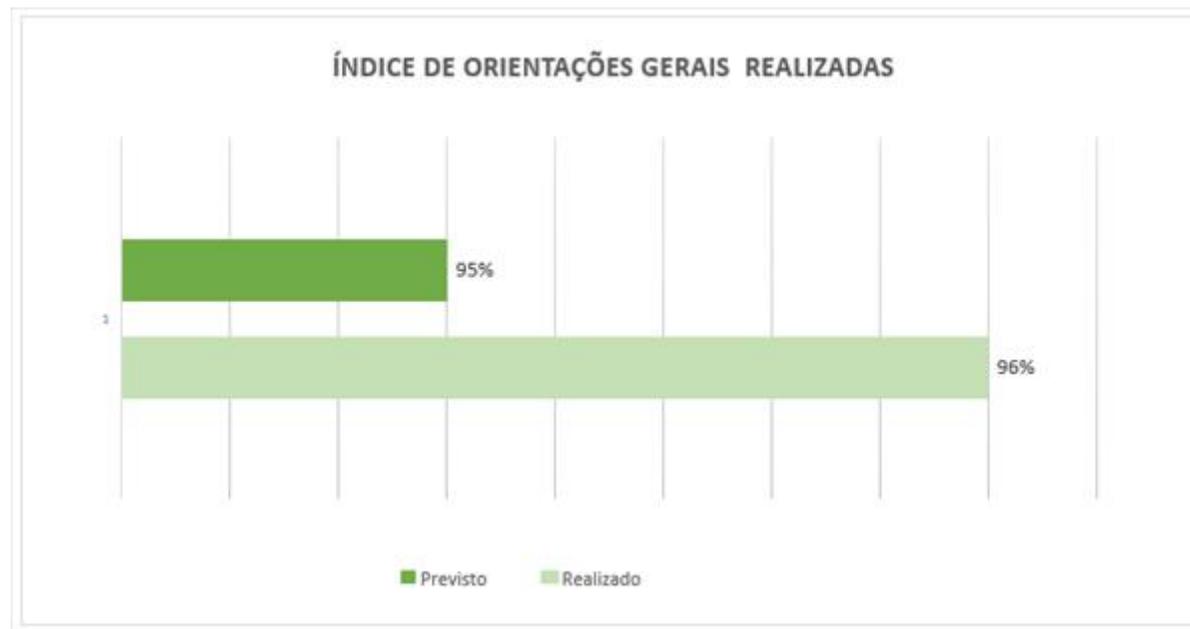
Dentro da meta estabelecida. O número foi menor que em 2017 devido ação da nova gestão, especialmente da CEFEEP, em paralisar as fiscalizações de rotina nos primeiros meses de 2018 para dar andamento nos processos pendentes dos anos anteriores.



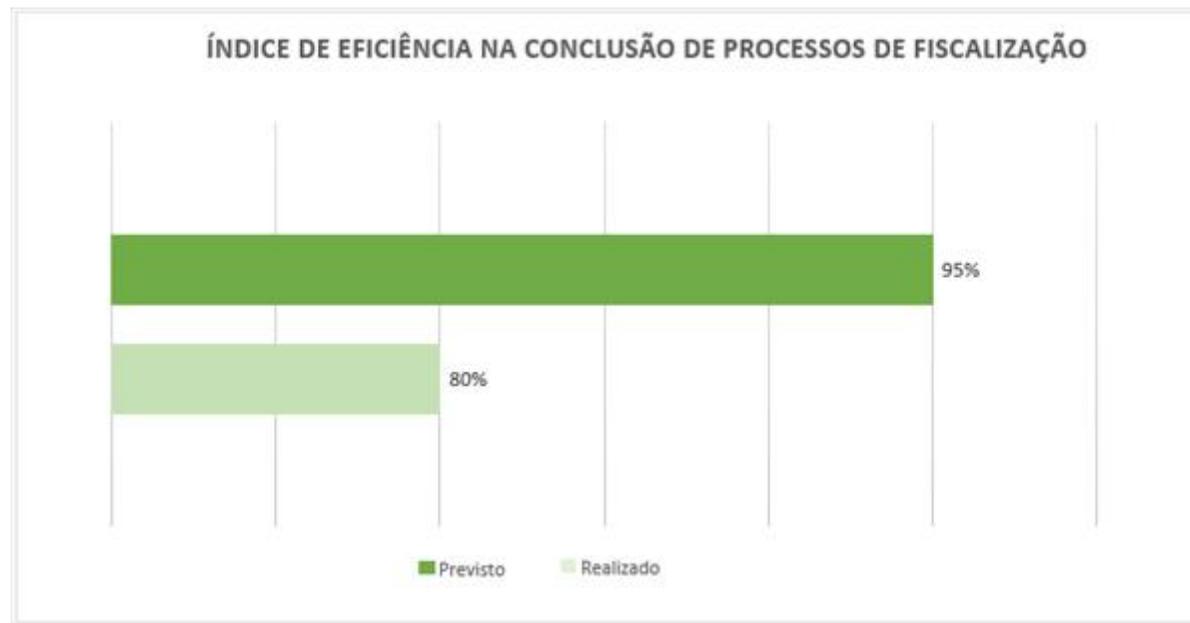
A Fiscalização intensificou ação junto aos profissionais quanto a obrigatoriedade do RRT.



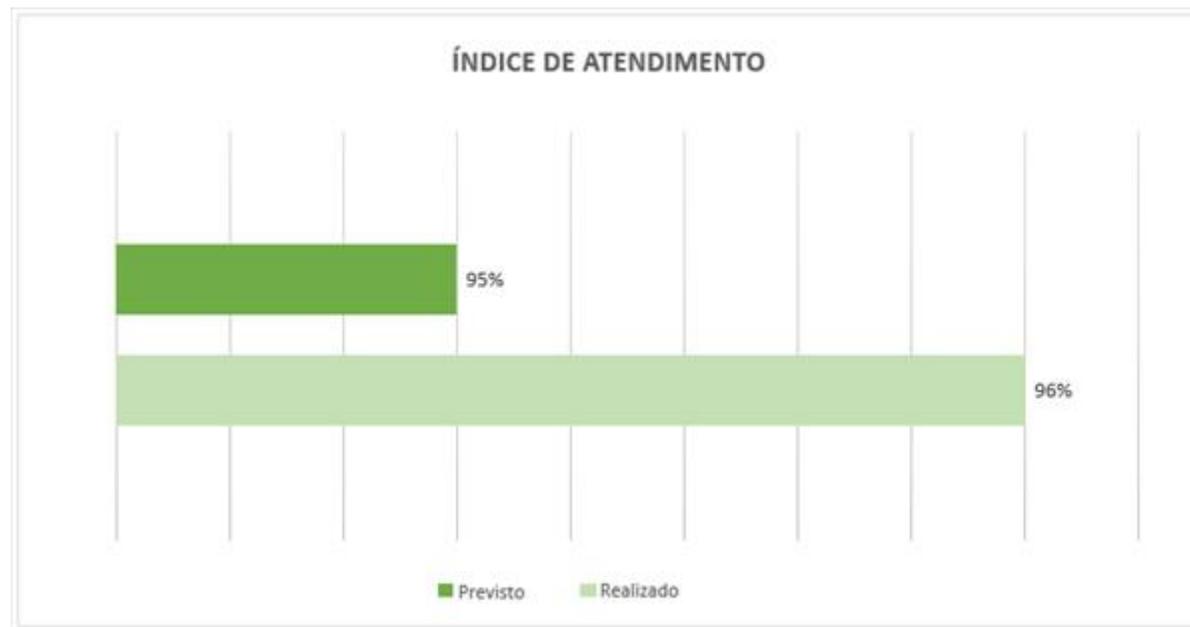
Todas as denúncias são atendidas no CAU/AP devido o pequeno número de denúncias registradas no site.



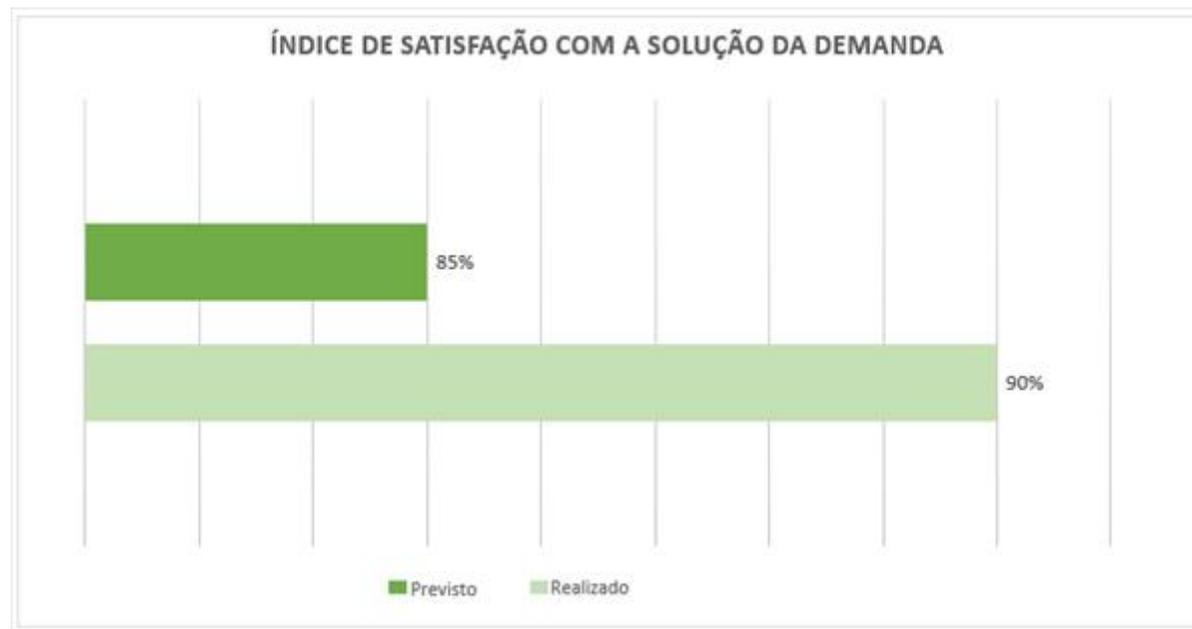
O CAU/AP conseguiu atingir a meta estabelecida para o exercício em 2018.



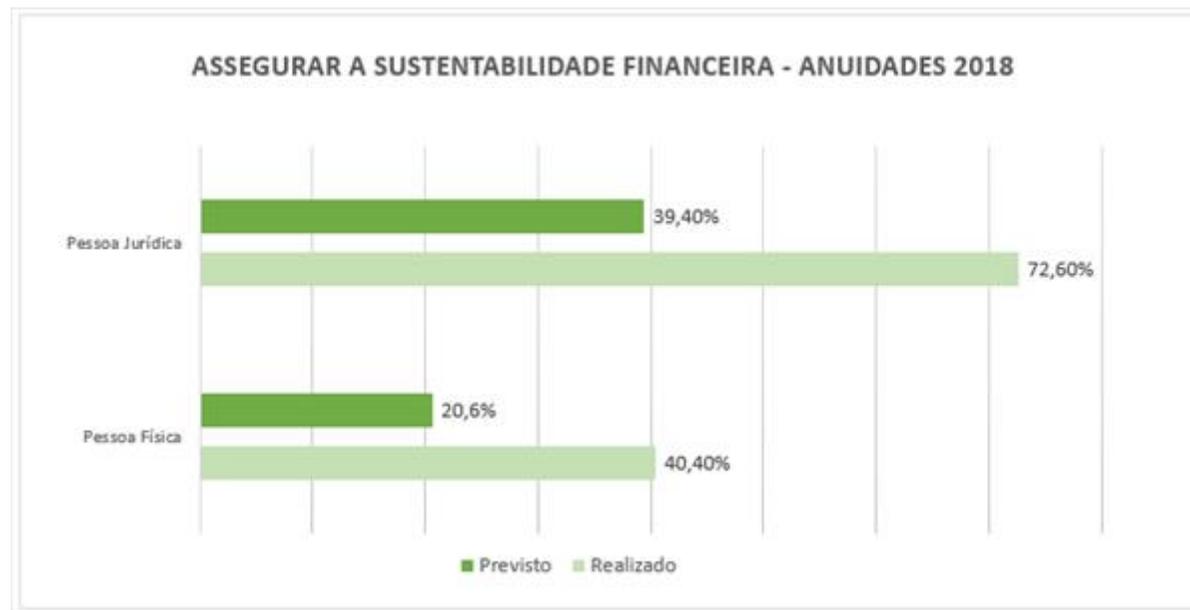
Os processos em aberto estão tramitando na Comissão de Ensino e Formação, Ética e Exercício Profissional - CEFEEP.



Algumas solicitações demoram a ser atendidas devido ao não envio de documentos pendentes por parte dos profissionais.



Algumas reclamações advém da situação com o CREA/AP



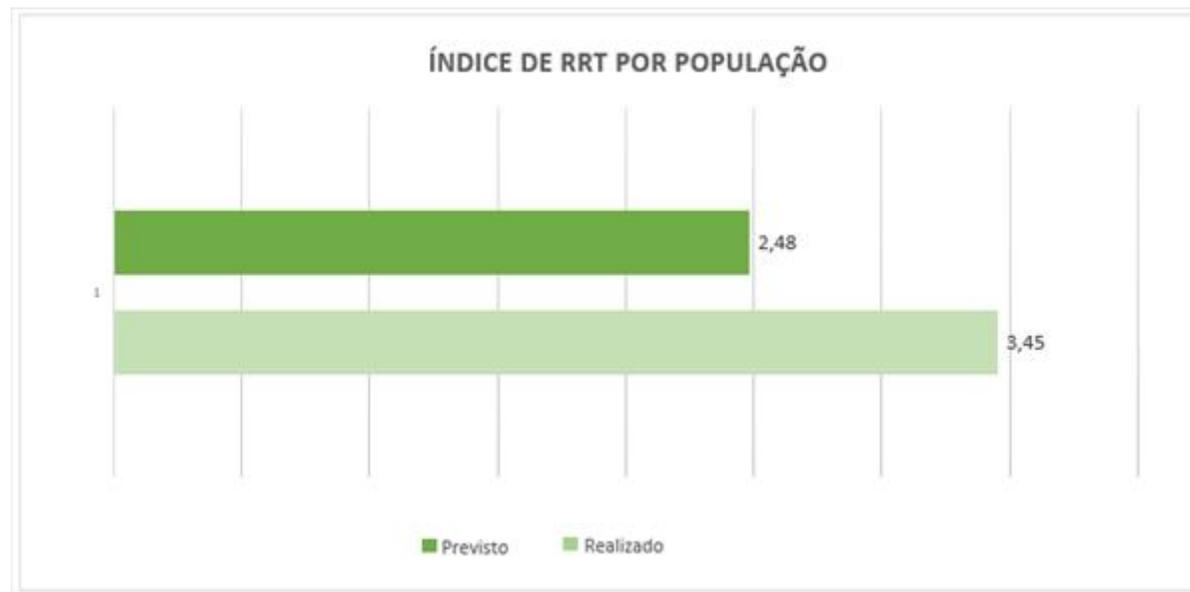
O índice de inadimplência cresceu em virtude da crise econômica e a baixa procura de profissionais. Apesar do índice está elevado, serão intensificadas as fiscalizações de acordo com a resolução 121-CAU/BR



O desempenho do CAU/AP melhorou no último ano, em detrimento da organização de eventos de AU, e também da participação em entrevistas para mídias externas e feedback do público em divulgações do CAU/AP. As inserções do CAU/AP na mídia são em sua grande maioria positivas, e ocorrem em razão de sua participação nos eventos e debates relacionados a Arquitetura e Urbanismo, tendo retorno positivo em suas publicações.



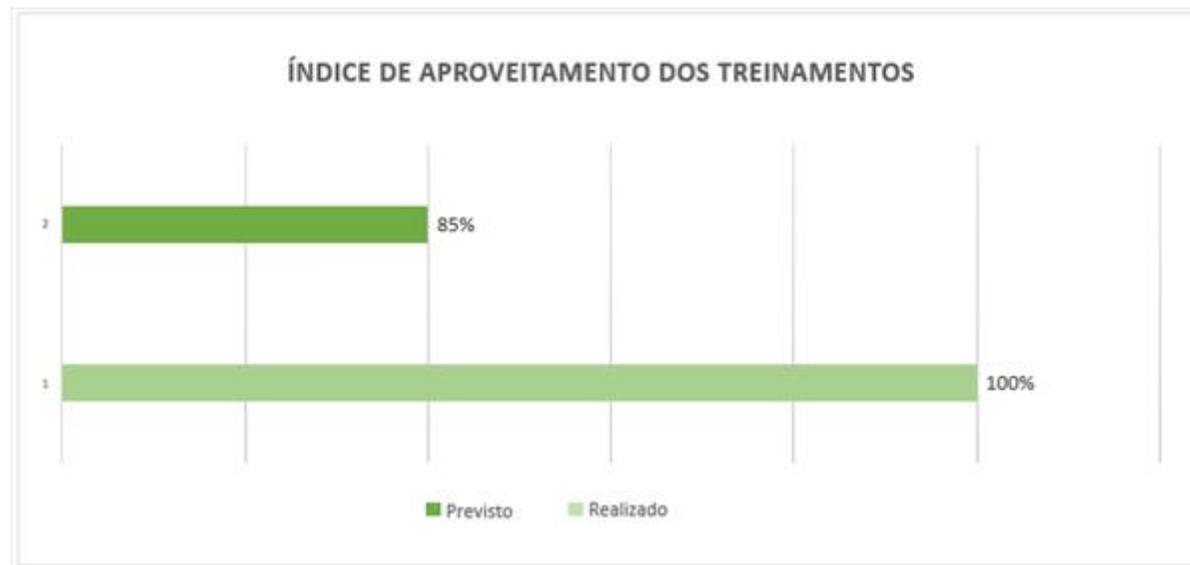
No ano de 2018 inserção de notícias no site do CAU/AP e direcionamento por mídias do facebook, instagram e grupos de whatsapp contribuíram pro crescimento no número de acesso à página.



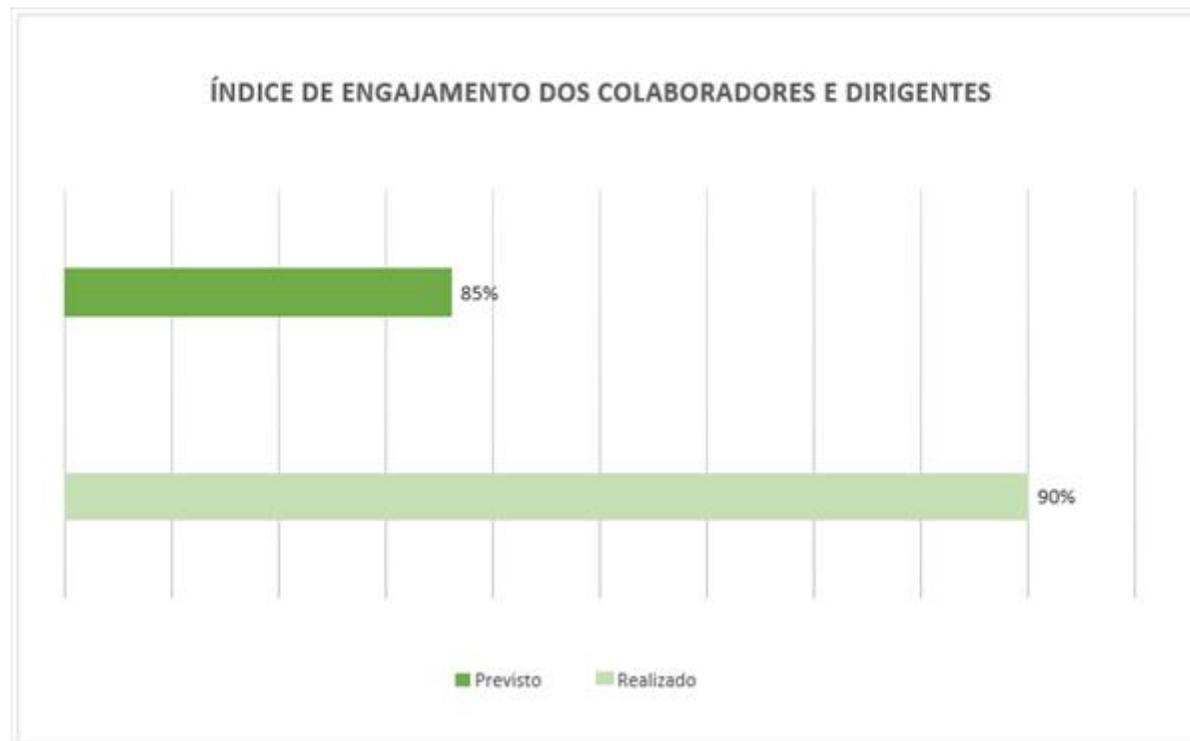
RRT produzidas de 01/10 a 31/12/2018



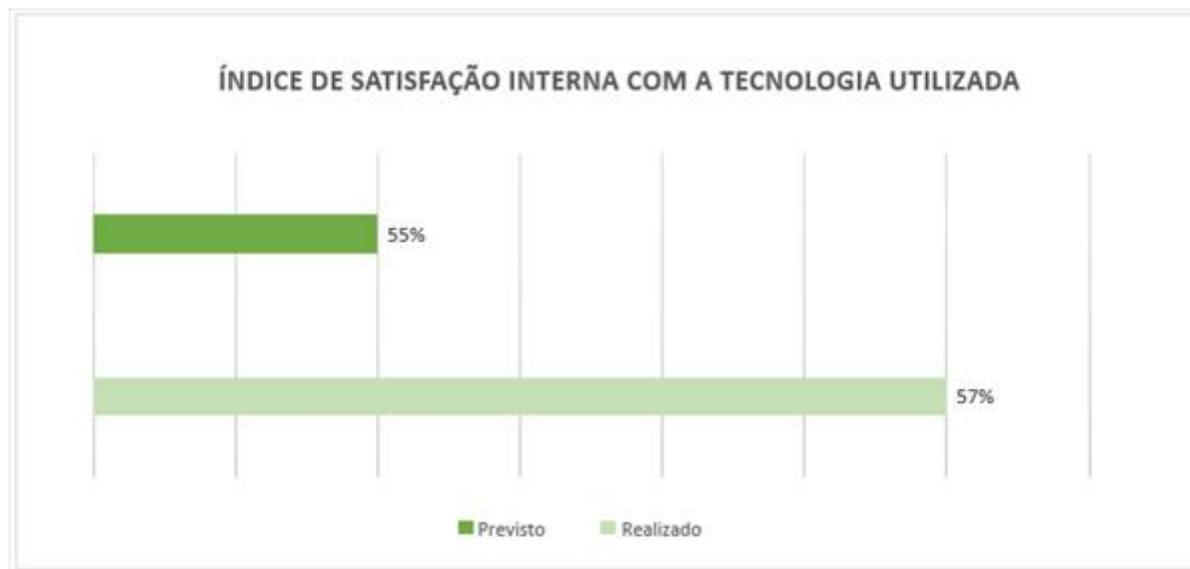
No ano de 2018 foram enviados 06 colaboradores para treinamentos, Assessoria de Comunicação, Técnico e Jurídico, Técnico do CSC, Planejamento, CED e Fiscalização. Com um média de 16 horas por evento, atingindo a média proposta para o indicador.



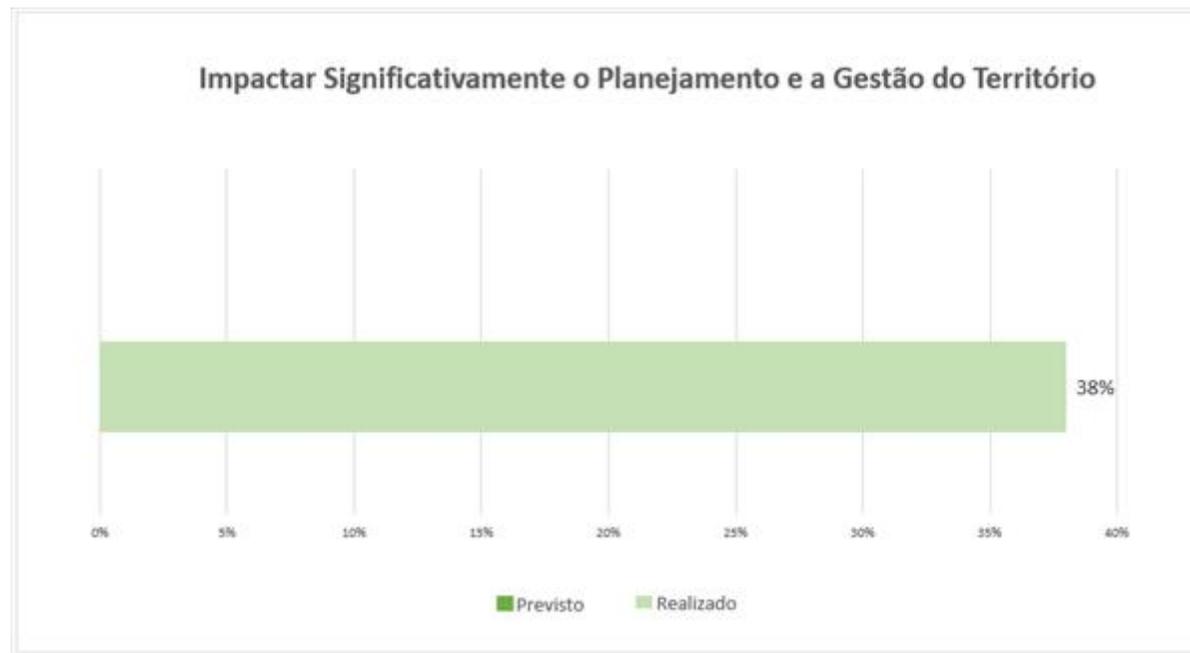
No ano de 2018 foram contabilizados 06 eventos onde houveram participação de 06 colaboradores para treinamentos para melhoria das atividades da Assessoria de Comunicação, Técnico e Jurídico, Técnico do CSC, Planejamento, CED e Fiscalização. Com bom desempenho e retorno nos eventos participados.



Tivemos 02 baixas de conselheiros no CAU/AP em 2018, o que resulta em um baixo resultado de engajamento nas atividades e ações do Conselho.



Os sistemas utilizados (SICCAU/IGEO/PORTAL DA TRANSPARÊNCIA) apresentam problemas e nas informações constam divergências.



Consulta por amostragem, onde foi verificado que nos 16 municípios do estado apenas 07, dentre eles Laranjal do Jarí, Oiapoque, Macapá, Santana, Vitória do Jarí, Calçoene e Amapá possuem secretarias com estrutura de planejamento urbano.

7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

- 7.0 - Introdução
- 7.1 - Declaração dos titulares da secretaria-executiva e da unidade responsável pelo planejamento, orçamento e administração
 - 7.1.1 - Demonstração da eficiência e da conformidade legal de áreas relevantes de gestão que contribuíram para o alcance dos resultados da UPC no exercício
- 7.2 - Gestão orçamentária e financeira
 - 7.2.1 - Despesas detalhadas
 - 7.2.2 - Execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações
 - 7.2.3 - Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado
 - 7.2.4 - Explicações sobre variações do resultado
 - 7.2.5 - Principais desafios e ações futuras
- 7.3 - Gestão de pessoas

- 7.3.1 - Avaliação da força de trabalho
- 7.3.2 - Detalhamento da despesa de pessoal
- 7.3.3 - Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia
- 7.4 - Gestão de licitações e contratos
- 7.5 - Gestão patrimonial e infraestrutura
- 7.6 - Gestão da tecnologia da informação
- 7.7 - Gestão de custos
- 7.8 - Sustentabilidade ambiental

7.0 - INTRODUÇÃO

Na forma do Mapa Estratégico do CAU/AP, visando ao atingimento da Missão e Visão 2023 do CAU, bem como ao desenvolvimento e fortalecimento da profissão e da arquitetura e urbanismo no estado, as metas e resultados estabelecidos na programação e reprogramação foi desenvolvida, em 2018, estão contempladas em 14 iniciativas estratégicas vinculadas, prioritariamente, aos objetivos de: **(i)** Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo; **(ii)** Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade; **(iii)** Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade; **(iv)** Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo e **(v)** Assegurar a sustentabilidade financeira.

No tocante à priorização dos objetivos estratégicos e das iniciativas estratégicas a ele vinculadas, visando ao alcance dos resultados estabelecidos para o período, reitera-se a importância de um aprimoramento no processo de planejamento e gestão da estratégia do CAU/AP, tendo em vista que o objetivo de "sustentabilidade financeira" deve estar suportado por projetos que possam alavancar financeiramente o CAU/UF, com recursos próprios, ou seja, não oriundos de arrecadação e fundo de apoio. Nesse contexto, na reprogramação apresentada, se constata que 3 iniciativas foram excluídas (as atividades de manutenção da Comissão de Ética e Exercício Profissional – CEEP; da Comissão de Políticas Urbana e Ambiental – CPUA; e da Comissão de Ensino e Formação - CEF) e 1 foi incorporada (atividade de manutenção da Comissão de Ensino e Formação, Ética e Exercício Profissional - CEFEPEP).

Também se faz importante mencionar que a reprogramação do CAU/AP, em 2018, teve 54,1% dos recursos necessários ao seu desenvolvimento suportados pelo Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF (R\$ 763.529,00). As iniciativas estratégicas custeadas, em parte ou em sua totalidade, com esses recursos são: (i) Manutenção das Atividades Administrativas com destinação dos recursos para custear 100% da previsão de gastos com pessoal; despesas serviços diversos e 25% serviços de limpeza e manutenção da sede; (ii) Atendimento e relacionamento com arquitetos e urbanistas e a sociedade com destinação dos recursos para custear 100% da previsão de gastos com pessoal e estagiários; (iii) Fiscalização com destinação dos recursos para custear 100% da previsão de gastos com pessoal; (iv) Comunicação com destinação dos recursos para custear 100% da previsão de gastos com pessoal; (v) Presidência e Plenárias com destinação dos recursos de 100% da participação do Presidente em reuniões plenárias ampliadas no plenário do CAU/BR, e (iv) Aportes ao CSC (Fiscalização e Atendimento) com 100%, em conformidade com o estabelecido nas Diretrizes da Reprogramação do Plano de Ação e Orçamento 2018. Em relação aos recursos necessários à sua implementação, observa-se um acréscimo de 6,9% frente à Programação 2018, conforme demonstrado no quadro.



7.1 - DECLARAÇÃO DOS TITULARES DA SECRETARIA-EXECUTIVA E DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

O CAU/AP realizou a execução de todas as atividades pre Colar do Wordvistas em seus objetivos estratégicos de 2018. Foram realizados 11 eventos para profissionais e acadêmicos na área de assistência técnica de interesse social, orientação profissional, empreendedorismo e ensino.

Em destaque aos eventos realizados tivemos o WORKSHOP CAIXA/CAU – Apresentação de propostas para financiamento imobiliário - Data: 25 de maio - Participantes: 123 pessoas - Orientação profissional para acesso a linhas de crédito da Caixa econômica federal.



Foi realizando ainda o IV Seminário Nacional de Empreendedorismo em Arquitetura e Urbanismo - Data: 04 e 05 de agosto - Participantes: 1º dia 136 pessoas; 2º dia 42 pessoas - Objetivando capacitação de profissionais na área de empreendedorismo para Arquitetos e Urbanistas.



Palestra Técnica – Construção a Seco - Data: 15 de agosto - Participantes: 71 pessoas - Orientação profissional sobre alternativas de construção. Dia Mundial da Arquitetura - Data: 01 de outubro - Participantes: 24 pessoas - Palestra orientativa sobre para profissionais, sobre luta por uma reforma urbana baseada na função social da cidade.



Palestra Paulo Mendes da Rocha - Data: 27 de novembro - Participantes: 325 pessoas - Palestra orientação profissional para acadêmicos e arquitetos e urbanistas.





II Seminário de Capacitação em ATHIS - Datas: 05 e 06 de novembro - Participantes: 1º dia 161 pessoas; 2º dia 146 pessoas - Capacitação de Profissionais para incentivar a promoção de assistência social em Arquitetura e Urbanismo. I Seminário Amapaense do Dia do Arquiteto e Urbanista - Datas: 15 de dezembro - Participantes: Manhã (escritórios): 22 pessoas; Tarde (profissionais): 76 pessoas - Evento alusivo ao dia do arquiteto e urbanista.



CAU/JOVEM - Orientações de Registro Profissional e RRT's, Data: 08 fevereiro de 2018, Participantes: 70 participantes – Com objetivo de orientar os novos profissionais sobre os primeiros acessos e registro no SICCAU e a importância da descrição dos RRTS. Orientações de Registro Profissional e RRT's, Data: 20 de abril de 2018, Participantes: 12 participantes – Com objetivo de orientar os novos profissionais sobre os primeiros acessos e registro no SICCAU e a importância da descrição dos RRTS. Palestra Cidade Formal x Informal - Data: 02 e 03 de

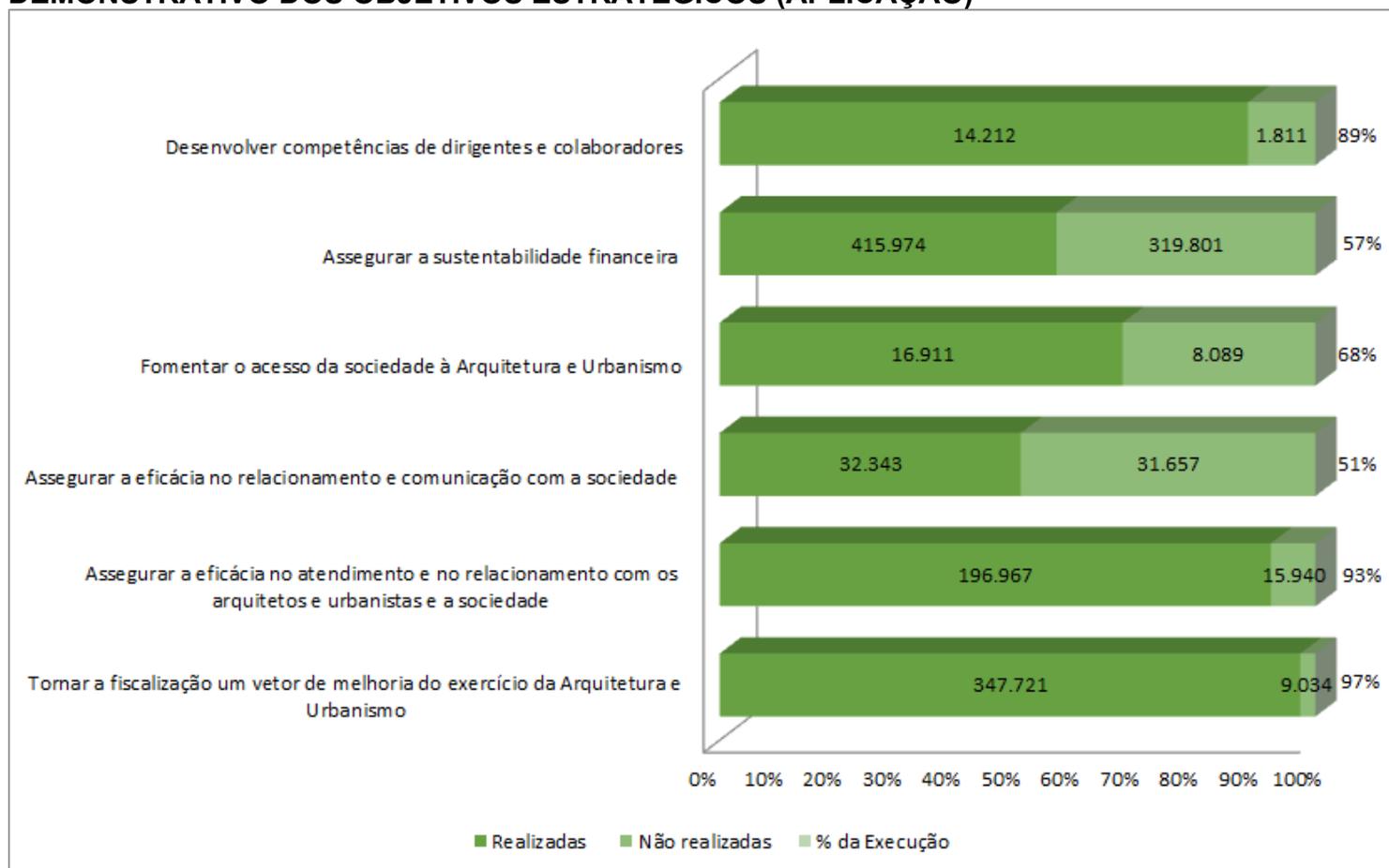
agosto - Participantes: 18 pessoas - Palestra visando orientação sobre as questões urbanas da cidade e as principais irregularidades na cidade de Macapá.





7.1.1 - DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS RELEVANTES DE GESTÃO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS DA UPC NO EXERCÍCIO

DEMONSTRATIVO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (APLICAÇÃO)



APLICAÇÃO POR UNIDADE ORGANIZACIONAL



7.2 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Quadro Geral de Fontes e Usos						
Especificação	PROGRAMAÇÃO 2018					
	Valor Programado (R\$) (A)	Valor Executado (R\$) (B)	Execução			
			Valor (R\$) (C= B-A)	(%) (D= C/A)		
I - FONTES						
1. Receitas Correntes	1.182.020	1.183.450	1.430	0,1		
1.1 Receitas de Arrecadação	390.244	395.525	5.281	1,4		
1.1.1 Anuidades	208.375	164.460	(43.916)	(21,1)		
1.1.1.1 Pessoa Física	154.980	137.014	(17.966)	(11,4)		
1.1.1.1.1 Anuidade Exercício	145.578	110.963	(34.615)	(23,8)		
1.1.1.1.2 Anuidade Exercícios anteriores	9.402	26.051	16.649	177,1		
1.1.1.2 Pessoa Jurídica	53.395	27.446	(25.949)	(48,4)		
1.1.1.2.1 Anuidade Exercício	50.861	22.553	(28.008)	(55,1)		
1.1.1.2.2 Anuidade Exercícios anteriores	2.534	4.592	2.058	81,2		
1.1.2 RRT	162.168	214.779	52.611	32,4		
1.1.3 Taxas e Multas	19.701	16.287	(3.414)	(17,3)		
1.2 Aplicações Financeiras	12.671	18.614	5.943	46,9		
1.3 Outras Receitas	15.576	14.156	(1.420)	(9,1)		
1.4 Fundo de Apoio	763.529	755.155	(8.374)	(1,1)		
2 Receitas de Capital	228.440	-	(228.440)	(100,0)		
2.1 Saldos de Exercícios Anteriores (Superávit Financeiro)	228.440	-	(228.440)	(100,0)		
2.2 Outras Receitas	-	-	-	-		
I - TOTAL	1.410.460	1.183.450	(227.010)	(16,1)		
II - USOS						
II.1 Programação Operacional	1.350.933	987.602	(363.331)	(26,9)		
Projetos	272.963	38.696	(234.267)	(85,8)		
Atividades	1.077.970	948.906	(129.064)	(12,0)		
II.2 Aportes ao Fundo de Apoio	11.634	11.634	-	-		
II.3 Aporte ao CSC	24.893	24.893	(0)	(0,0)		
II.4 Reserva de Contingência	23.000	-	(23.000)	(100,0)		
II - TOTAL	1.410.460	1.024.129	(386.331)	(27,4)		
VARIAÇÃO (I-II)	-	159.321,1	159.321,1	-		
RESUMO DA PROGRAMAÇÃO 2018 - POR CATEGORIA ECONÔMICA						
CATEGORIA ECONÔMICA	FONTES - 2018			USOS - 2018		
	Valor Programado (R\$) (A)	Valor Executado (R\$) (B)	Execução % (C=B-A)	Valor Programado (R\$) (D)	Valor Executado (R\$) (E)	Varição % (F=E-D)
Corrente	1.182.020	1.183.450	100,1	1.182.020	1.016.556	86,0
Capital	228.440	-	-	228.440	7.573	3,3
Total	1.410.460	1.183.450	85,9	1.410.460	1.024.129	72,6

ANEXO - Fontes e usos - Quadro geral fontes e usos - Vide anexo do tópico 7.2 no final da seção

7.2.1 - DESPESAS DETALHADAS

Apresentação

Agrega elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto:

1. Pessoal e Encargos Sociais
2. Juros e Encargos da Dívida.
3. Outras Despesas Correntes
4. Investimentos.
5. Inversões Financeiras.
6. Amortização da Dívida.

Análise Crítica

No exercício 2018, resumidamente, as despesas por grupo de natureza estão foram assim realizadas:

1. Pessoal e Encargos Sociais - R\$ 576.658,00.
2. Juros e Encargos da Dívida - R\$ 0,00.
3. Outras Despesas Correntes - R\$ 439.897,86.
4. Investimentos - R\$ 7.573,00.
5. Inversões Financeiras - R\$ 0,00.
5. Amortização da Dívida - R\$ 0,00

DESPESAS CORRENTES

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários	245.306,42	329.924,99	245.306,42	329.924,99	0,00	0,00	245.306,42	329.924,99
6.2.2.1.1.01.01.01.001.002 - Gratificação de Função	49.275,71	42.483,51	49.275,71	42.483,51	0,00	0,00	49.275,71	42.483,51
6.2.2.1.1.01.01.01.002.001 - INSS Patronal	77.722,13	93.281,78	77.722,13	93.281,78	0,00	0,00	77.722,13	93.281,78
6.2.2.1.1.01.01.01.003.005 - Auxílio alimentação	34.612,62	47.868,41	34.612,62	47.868,41	0,00	0,00	34.612,62	47.868,41
Demais elementos do grupo	64.037,66	153.056,96	64.037,66	153.056,96	0,00	0,00	64.037,66	153.056,96
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	38.215,96	0,00	38.215,96	0,00	0,00	0,00	38.215,96
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários	245.306,42	329.924,99	245.306,42	329.924,99	0,00	0,00	245.306,42	329.924,99
6.2.2.1.1.01.01.01.001.002 - Gratificação de Função	49.275,71	42.483,51	49.275,71	42.483,51	0,00	0,00	49.275,71	42.483,51
6.2.2.1.1.01.01.01.001.003 - Gratificação de Natal - 13º Salário	27.128,38	33.229,31	27.128,38	33.229,31	0,00	0,00	27.128,38	33.229,31
6.2.2.1.1.01.01.01.001.004 - Férias	28.750,31	25.926,08	28.750,31	25.926,08	0,00	0,00	28.750,31	25.926,08
6.2.2.1.1.01.01.01.002.001 - INSS Patronal	77.722,13	93.281,78	77.722,13	93.281,78	0,00	0,00	77.722,13	93.281,78

6.2.2.1.1.01.01.01.002.002 - FGTS	28.919,84	34.711,25	28.919,84	34.711,25	0,00	0,00	28.919,84	34.711,25
6.2.2.1.1.01.01.01.003.005 - Auxílio alimentação	34.612,62	47.868,41	34.612,62	47.868,41	0,00	0,00	34.612,62	47.868,41
6.2.2.1.1.01.03.02.001 - Diárias Conselheiros/Convidados	101.980,00	61.130,00	101.980,00	61.130,00	0,00	0,00	101.980,00	61.130,00
6.2.2.1.1.01.04.01.001 - Consultoria Contábil	31.500,00	42.768,25	31.500,00	42.768,25	0,00	0,00	31.500,00	42.768,25
6.2.2.1.1.01.04.06.001 - Passagens Conselheiros/Convidados	60.384,71	46.677,44	60.384,71	46.677,44	0,00	0,00	60.384,71	46.677,44
6.2.2.1.1.01.05.01.004 - Taxas Bancárias	13.279,14	36.215,55	13.279,14	36.215,55	0,00	0,00	13.279,14	36.215,55
Demais elementos do grupo	330.269,99	222.339,29	313.394,76	214.822,49	16.875,23	7.516,80	302.583,76	213.737,68

DESPESAS DE CAPITAL

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
4. Investimentos								
6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de Processamento de Dados	7.998,00	5.675,00	7.998,00	5.675,00	0,00	0,00	7.998,00	5.675,00
Demais elementos do grupo	0,00	1.898,00	0,00	1.898,00	0,00	0,00	0,00	1.898,00
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	620.000,00	0,00	620.000,00	0,00	0,00	0,00	620.000,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Totais por Modalidade de Contratação.pdf - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Vide anexo do tópico 7.2.1 no final da seção.

7.2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES

A programação orçamentária das despesas do exercício 2018 foi composta por 14 planos de ações, composta de 1 proposta orçamentária e 1 reprogramação orçamentária, ambos aprovados pelas Comissões de Finanças e Plenária do CAU/AP e do CAU/BR.

Planos de ações aprovados:

1. Manutenção da atividades administrativas - R\$ 451.951,00;
2. Atendimento e relacionamento com arquitetos e urbanistas e a sociedade - R\$ 127.819,00;
3. Fiscalização - R\$ 335.920,00;
4. Comunicação - R\$ 64.000,00;
5. Aporte ao Centro de serviços compartilhados - R\$ 25.101,00;
6. Contribuição com as despesas do CSC - Fiscalização - R\$ 20.835,00
7. Contribuição com as despesas do CSC - Atendimento - R\$ 4.058,00
8. Fundo de apoio - R\$ 11.638,00;
9. Reserva de contingência - R\$ 23.000,00
10. Estruturação da sede própria - R\$ 231.940,000;
11. Colaborador valorizado - R\$ 16.023,00;
12. Presidência e Plenárias - R\$ 63.780,00;
13. Comissão de Planejamento, Finanças, Orçamento e Administração - CPFOA - R\$ 17.250,00;
14. Comissão de Ensino e Formação, Ética e Exercício Profissional - CEFEEP - R\$ 17.250,00;
15. Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social / ATHIS - R\$ 25.000,00.

Análise crítica

O plano de ação Reserva de Contingência não foi realizado no exercício 2018, uma vez que ele foi criado para complementar os demais planos caso houvesse necessidade de durante o exercício.

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual						
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	1.770.000,00	1.320.000,00	133.475,00	99.354,00	25.475,00	8.894,00	1.878.000,00	1.410.460,00
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	1.115.129,00	1.142.000,00	31.826,00	48.914,00	25.475,00	8.894,00	1.121.480,00	1.182.020,00
6.2.1.1.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	179.603,00	193.789,00	5.733,00	15.356,00	9.091,00	769,00	176.245,00	208.376,00
6.2.1.1.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	179.603,00	193.789,00	5.733,00	15.356,00	9.091,00	769,00	176.245,00	208.376,00
6.2.1.1.1.02.01.01 - ANUIDADES	179.603,00	193.789,00	5.733,00	15.356,00	9.091,00	769,00	176.245,00	208.376,00
6.2.1.1.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	117.606,00	151.129,00	19.019,00	12.039,00	0,00	0,00	136.625,00	163.168,00
6.2.1.1.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	600,00	700,00	900,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	700,00
6.2.1.1.1.05.05 - EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	116.886,00	150.129,00	17.739,00	12.039,00	0,00	0,00	134.625,00	162.168,00
6.2.1.1.1.05.07 - RECEITAS	120,00	300,00	380,00	0,00	0,00	0,00	500,00	300,00

DIVERSAS DE SERVIÇOS									
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	58.095,00	31.212,00	6.954,00	5.944,00	15.979,00	6.084,00	49.070,00	31.072,00	
6.2.1.1.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	2.800,00	4.150,00	4.400,00	2.944,00	0,00	0,00	7.200,00	7.094,00	
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	55.295,00	27.062,00	2.554,00	3.000,00	15.979,00	6.084,00	41.870,00	23.978,00	
6.2.1.1.1.06.05.03 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	150,00	1.407,00	50,00	0,00	0,00	0,00	200,00	1.407,00	
6.2.1.1.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	5.145,00	6.900,00	504,00	3.000,00	0,00	0,00	5.649,00	9.900,00	
6.2.1.1.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	50.000,00	18.755,00	2.000,00	0,00	15.979,00	6.084,00	36.021,00	12.671,00	
6.2.1.1.1.07 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	759.246,00	765.570,00	0,00	0,00	0,00	2.041,00	759.246,00	763.529,00	
6.2.1.1.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	579,00	300,00	120,00	15.575,00	405,00	0,00	294,00	15.875,00	
6.2.1.1.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	80,00	300,00	120,00	0,00	0,00	0,00	200,00	300,00	
6.2.1.1.1.08.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	499,00	0,00	0,00	15.575,00	405,00	0,00	94,00	15.575,00	
6.2.1.1.2 - RECEITA DE CAPITAL	654.871,00	178.000,00	101.649,00	50.440,00	0,00	0,00	756.520,00	228.440,00	
6.2.1.1.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	654.871,00	178.000,00	101.649,00	50.440,00	0,00	0,00	756.520,00	228.440,00	
6.2.1.1.2.05.01 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	654.871,00	178.000,00	101.649,00	50.440,00	0,00	0,00	756.520,00	228.440,00	

6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.770.000,00	1.320.000,00	338.629,01	361.075,35	230.629,01	270.615,35	1.878.000,00	1.410.460,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	1.770.000,00	1.320.000,00	338.629,01	361.075,35	230.629,01	270.615,35	1.878.000,00	1.410.460,00
6.2.2.1.1.01 - DESPESA CORRENTE	1.109.129,00	1.119.710,00	228.109,01	289.925,35	226.758,01	250.615,35	1.110.480,00	1.159.020,00
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL	563.531,92	607.993,00	31.585,20	111.561,31	30.213,29	37.378,48	564.903,83	682.175,83
6.2.2.1.1.01.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS	531.532,32	578.717,00	23.123,59	106.747,31	26.813,58	31.642,30	527.842,33	653.822,01
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	362.059,54	394.174,50	21.013,22	79.339,84	21.573,89	24.914,80	361.498,87	448.599,54
6.2.2.1.1.01.01.01.002 - ENCARGOS SOCIAIS	115.841,06	121.338,50	227,17	17.420,47	2.430,45	5.164,50	113.637,78	133.594,47
6.2.2.1.1.01.01.01.003 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	53.631,72	63.204,00	1.883,20	9.987,00	2.809,24	1.563,00	52.705,68	71.628,00
6.2.2.1.1.01.01.02 - DIÁRIAS	31.999,60	29.276,00	8.461,61	4.814,00	3.399,71	5.736,18	37.061,50	28.353,82
6.2.2.1.1.01.02 - MATERIAL DE CONSUMO	15.500,00	24.374,00	10.995,00	3.257,80	5.000,00	7.257,80	21.495,00	20.374,00
6.2.2.1.1.01.02.01 - MATERIAL DE CONSUMO	15.500,00	24.374,00	10.995,00	3.257,80	5.000,00	7.257,80	21.495,00	20.374,00
6.2.2.1.1.01.03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	104.400,00	126.410,00	66.144,98	22.025,00	9.196,16	54.684,78	161.348,82	93.750,22
6.2.2.1.1.01.03.01 - REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	24.400,00	20.640,00	29.162,80	270,00	0,00	0,00	53.562,80	20.910,00
6.2.2.1.1.01.03.02 - DIÁRIAS	80.000,00	105.770,00	36.982,18	21.755,00	9.196,16	54.684,78	107.786,02	72.840,22
6.2.2.1.1.01.04 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	338.089,08	302.866,00	91.730,55	110.031,78	146.236,09	149.254,06	283.583,54	263.643,72

6.2.2.1.1.01.04.01 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	66.196,00	42.560,00	4.054,00	208,25	11.205,00	0,00	59.045,00	42.768,25
6.2.2.1.1.01.04.02 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	7.190,00	5.500,00	3.910,00	19.500,00	6.100,00	1.000,00	5.000,00	24.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVIÇOS PRESTADOS	196.703,08	147.896,00	67.000,46	60.342,26	127.466,96	84.342,19	136.236,58	123.896,07
6.2.2.1.1.01.04.06 - PASSAGENS	68.000,00	106.910,00	16.766,09	29.981,27	1.464,13	63.911,87	83.301,96	72.979,40
6.2.2.1.1.01.05 - ENCARGOS DIVERSOS	17.000,00	18.500,00	24.860,08	41.349,00	1.112,47	0,00	40.747,61	59.849,00
6.2.2.1.1.01.05.01 - ENCARGOS DIVERSOS	17.000,00	18.500,00	24.860,08	41.349,00	1.112,47	0,00	40.747,61	59.849,00
6.2.2.1.1.01.06 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.000,00	2.793,20	1.700,23	0,00	0,00	2.793,20	2.700,23
6.2.2.1.1.01.07 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	70.608,00	38.567,00	0,00	0,23	35.000,00	2.040,23	35.608,00	36.527,00
6.2.2.1.1.01.07.01 - FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	10.507,00	11.634,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.507,00	11.634,00
6.2.2.1.1.01.07.02 - CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	60.101,00	26.933,00	0,00	0,23	35.000,00	2.040,23	25.101,00	24.893,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	654.871,00	178.000,00	105.520,00	70.440,00	3.871,00	20.000,00	756.520,00	228.440,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	31.000,00	178.000,00	105.520,00	70.440,00	0,00	20.000,00	136.520,00	228.440,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E	31.000,00	178.000,00	105.520,00	70.440,00	0,00	20.000,00	136.520,00	228.440,00

MATERIAIS PERMANENTES								
6.2.2.1.1.03 - DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	6.000,00	22.290,00	5.000,00	710,00	0,00	0,00	11.000,00	23.000,00

7.2.3 - DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL EM COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO ESPERADO

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DA RECEITA

A receita arrecadada até o mês de dezembro de 2018 atingiu o valor de R\$ 1.183.449,94, que corresponde a 83,91% da Receita Orçamentária que é de R\$ 1.410.460,00.

DA DESPESA

A despesa empenhada até o mês de dezembro de 2018 atingiu o valor de R\$ 1.024.128,86, que corresponde a 72,61% da Despesa Orçamentária que é de R\$ 1.410.460,00.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Comparando a Receita Arrecadada com a Despesa Realizada até o mês de dezembro de 2018, constatou-se um Superávit Orçamentário no valor de R\$ 159.321,08 do valor arrecadado até o mês de dezembro de 2018.

Execução do Orçamento da Receita e Despesa e Resultado Orçamentário

Discriminação	Correntes	Capital
Receita Orçada	R\$ 1.182.020,00	R\$ 228.440,00
Receita Arrecadada	R\$ 1.183.449,94	-x-
Percentual Arrecadado	100,12%	0,00%
Despesa Orçada	R\$ 1.159.020,00	R\$ 228.440,00
Despesa Realizada	R\$ 1.016.555,86	R\$ 7.573,00
Percentual realizado	87,71%	3,32%
Resultado Orçamentário	R\$ 159.321,08	
Resultado Primário (Superávit)	R\$ 166.894,08	

*Resultado Primário = Receita Corrente (-) Despesa Corrente

*Resultado Orçamentário = Receita Corrente + Receita de Capital (-) Despesa Corrente e (-) Despesa de Capital

7.2.4 - EXPLICAÇÕES SOBRE VARIAÇÕES DO RESULTADO

COMPORTAMENTO DAS RECEITAS CORRENTES 2018/2017

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA	2018	2017	DIFERENÇA	%
Receita de Contribuições	R\$ 164.459,50	R\$ 145.254,63	R\$ 19.204,87	12%
Receita de Serviços	R\$ 216.214,63	R\$ 195.883,87	R\$ 20.330,76	9%
Juros/Multas s/ Anuidades	R\$ 14.680,36	R\$ 14.768,47	-R\$ 88,11	-1%
Rendimentos de Aplic. Financeiras*	R\$ 18.613,58	R\$ 35.080,38	-R\$ 16.466,80	-88%
Transferências Correntes *	R\$ 755.155,21	R\$ 748.927,15	R\$ 6.228,06	1%
Multa de Infrações	R\$ 170,80	R\$ 71,40	R\$ 99,40	58%
Indenizações e Restituições *	R\$ 13.455,43	R\$ 1.322,43	R\$ 12.133,00	90%
Outras Receitas *	R\$ 700,43	R\$ 269,25	R\$ 431,18	62%
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 1.183.449,94	R\$ 1.141.577,58	R\$41.872,36	4%

1. O crescimento de receitas com contribuições se deu por maior cobrança dos profissionais e empresas inadimplentes, bem como reajuste nos valores da anuidades.
2. O crescimento das receitas de serviços se deve pela atualização do valor da RRT e crescimento de registro técnico dos profissionais.
3. O decréscimo das receitas de aplicações financeiras se deve pelo saldo em banco no exercício 2018 ser menor que o mesmo período do exercício 2017, com isso, as aplicações renderam menos.
4. Demais receitas não impactaram no total.

COMPORTAMENTO DAS DESPESAS CORRENTES 2018/2017

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	2018	2017	Diferença	%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 576.658,00	R\$ 471.755,85	104.902,15	22,24%
Benefícios	R\$ 89.957,65	R\$ 83.997,22	5.960,43	7,10%
Material de Consumo	R\$ 7.796,42	R\$ 17.283,40	-9.486,98	-54,89%
Serviços Terceiros PF	R\$ 81.656,26	R\$ 152.361,92	-70.705,66	-46,41%
Serviços Terceiros PJ	R\$ 175.527,77	R\$ 219.490,32	-43.962,55	-20,03%
Encargos Diversos	R\$ 40.916,19	R\$ 31.757,31	9.158,88	28,84%
Transferências Correntes	R\$ 36.526,77	R\$ 35.608,00	918,77	2,58%
Total Geral	R\$ 1.009.039,06	R\$ 1.012.254,02	-3.214,96	-0,32%

1. O custo de despesa com pessoal e encargos sociais no período de janeiro a dezembro de 2018 corresponde a 48,73% da receita corrente arrecadada.
2. O custo de despesa com pessoal e encargos sociais no período de janeiro a dezembro de 2017 correspondeu a 41,32% da receita corrente arrecadada.
3. A variação da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais de 2018 em relação a 2017 foi um aumento de 7,41%. O aumento se deu pelo crescimento de 2 (dois) empregados na folha de pagamento e reajuste salarial.
4. Com a implantação do boleto com registro, houve crescimento nas despesas com taxas bancárias, grupo encargos diversos.
5. Demais despesas houve diminuição para suportar o crescimento com despesas com pessoal.

7.2.5 - PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

A gestão 2018 - 2020 do CAU/AP, trabalha na busca do equilíbrio financeiro, e dentre os principais desafios nontrados está na diminuição do índice de inadimplência de profissionais e empresas registradas que impacta diretamente nas suas ações de aprimoramento da profissão bem como no atingimento de sua missão de promover a arquitetura e urbanismo para todos e sua visão de ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo.

7.3 - GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade legal

O quadro de pessoal do CAU/AP é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente, no que couber pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União. O quadro de funcionários é composto por empregados de carreira, admitidos através de concurso público e por empregados lotados em cargos de livre provimento e demissão (gerências e assessoria especial). As cargas horárias de trabalho estabelecidas para esta unidade são de 20 horas e de 30 horas semanais.

A aplicação é de no máximo 55% do total das receitas correntes do exercício, estabelecida pelas diretrizes 2018 do CAU/BR, compreendendo as receitas de arrecadação, aplicações financeiras e outras receitas correntes, para a alocação de despesas com pessoal (remunerações, encargos e benefícios).

1. Para assegurar a aplicação do art.18, inciso I, parágrafo 1º do art. 19 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal que determina a alocação de no máximo 55% do total das receitas correntes do exercício, compreendendo as receitas de arrecadação, aplicações financeiras e outras receitas correntes, para a alocação de despesas com pessoal (remunerações, encargos e benefícios) realiza o acompanhamento das suas despesas e receitas mensalmente e as encaminha para a chancela do Conselho Federal. Salienta-se que o orçamento anual somente é aprovado pelas instâncias superiores se observado o dispositivo da lei.

7.3.1 - AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Força de trabalho da UPC

Introdução

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá tem buscado a excelência na prestação dos serviços inerentes a suas atribuições. Para tanto, se torna imprescindível a observância dos meios legais para gerir sua estrutura funcional, além de garantir uma adequada qualificação de seus servidores.

Análise Crítica

Por se tratar de um Conselho recém criado em todos os estados da federação, existem questões regionais que influenciam diretamente na autonomia financeira. Este cenário, reflete diretamente na estruturação do corpo funcional do CAU/AP, posto que o Conselho possui limitações financeiras por depender de repasses de valores do CAU Nacional para manter o funcionamento de suas atividades.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	3	3	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5	5	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	5	5	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	5	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0

1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	8	8	3	0

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	5	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	5	0

Detalhamento da estrutura da UPC

Introdução

No Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá, possui em sua estrutura funcional, colaboradores lotados em cargo comissionados, visto a necessidade de profissionais destinados as funções de direção e assessoramento.

Análise Crítica

Diante das limitações orçamentárias, o Conselho ainda não dispõe de um quadro de profissionais adequado as necessidades.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	3	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	3	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	1	1	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	1	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	4	1	0	0

Análise Crítica

Quantidade de servidores frente às necessidades da unidade

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá possui o seguinte quantitativo de servidores:

Quadro Funcional	08	
Cargo		Graduação
Gerente Técnica	01	Arquiteta e Urbanista
Procurador Jurídico	01	Direito
Agente de Fiscalização	02	Arquitetura e Urbanismo
Secretária Geral e Gerente Administrativa	01	Secretariado Executivo
Analista de Informática	01	Análise de Sistemas
Assistente Administrativo	01	Nível Médio
Assessora Especial	01	Nível Médio

Avaliação da distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim

Dentro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá, a força de trabalho destinada a área meio está ligada diretamente as funções administrativas essenciais para garantir o funcionamento do Conselho. Já a força de trabalho destinada a área fim, exerce a principal atribuição do Conselho que está diretamente ligado a fiscalização do exercício da profissão de arquiteto e urbanista.

Avaliação do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados

Diante da necessidade da manutenção dos serviços administrativos e gerenciais do CAU/AP, ficou determinado a contratação dos cargos comissionados de Gerência Técnica de Fiscalização, Procurador Jurídico e Assessoria Especial, para vigorar como livre provimento e a Gerência Administrativa e Financeira como função gratificada.

Impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível

Como o Conselho não dispõe de pessoal passivo de aposentadoria, não teremos impactos nessa área.

Afastamentos que reduzem a força de trabalho e impactos nas atividades desenvolvidas

Devido a distribuição de pessoal dentro do Conselho ser bem limitada, qualquer afastamento causa impacto, pois exige que os demais se responsabilizem pelas tarefas específicas do servidor que encontra-se afastado.

7.3.2 - DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Despesas com Pessoal

Justificativa para aumento/diminuição

No exercício 2018, houve mudança de gestão, com isso, houve acréscimo de 2 (dois) empregados. Diante disso, houve crescimento nas despesas com pessoal.

Cargo/Função	2017	2018	Escolaridade	Ingresso
Procurador Jurídico	1	1	Nível Superior	Livre Provimento
Gerente (Geral) Administrativo/Financeiro *	1	1	Nível Superior	Livre Provimento
Gerente Técnico e de Fiscalização	0	1	Nível Superior	Livre Provimento
Agente de Fiscalização	2	2	Nível Superior	Concurso
Analista de Informática	1	1	Nível Superior	Concurso
Secretária Executiva	1	1	Nível Superior	Concurso
Assistente Administrativo	1	1	Nível Médio	Concurso
Assessor Especial	0	1	Nível Médio	Livre Provimento

* No exercício 2018, o cargo de Gerente Geral passou para Gerente Administrativo e Financeiro.

1. O cargo de livre provimento de Gerente Administrativo e Financeiro é ocupado pela Secretária Executiva. Assim, o Conselho conta com 8 empregados.
2. Por limitação orçamentária, os cargos de Procurador Jurídico e Gerente Técnico e de Fiscalização cumprem a carga horária de 20h semanais.

Informações Adicionais

O custo de despesa com pessoal e encargos sociais no período de janeiro a dezembro de 2018 corresponde a 48,73% da receita corrente arrecadada (desconsiderando os benefícios).

Exercício	Funcionários Ativos	Funcionários Inativos	Pensionistas	Total
Despesas de Pessoal				
2018	677.663,02	0,00	0,00	677.663,02
2017	572.583,87	0,00	0,00	572.583,87

7.3.3 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

Gratificação de desempenho

O cargo de Gerente Administrativo e Financeiro é ocupado pela Secretária Executiva, com isso, a mesma recebe complementação do cargo em questão.

Progressão funcional

Não se aplica.

Estágio probatório

Não se aplica.

Tabela de remuneração

CARGO/FUNÇÃO	QUANT	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
Procurador Jurídico	1	20h semanais	R\$ 4.100,00
Gerente Técnico e de Fiscalização	1	20h semanais	R\$ 4.100,00
Gerente Administrativo e Financeiro	1	30h semanais	R\$ 6.150,00
Agente de Fiscalização	2	30h semanais	R\$ 6.095,71
Analista de Informática	1	30h semanais	R\$ 2.532,86
Secretária Executiva	1	30h semanais	R\$ 2.532,86
Assistente Administrativo	1	30h semanais	R\$ 2.026,29
Assessor Especial	1	30h semanais	R\$ 1.500,00

Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

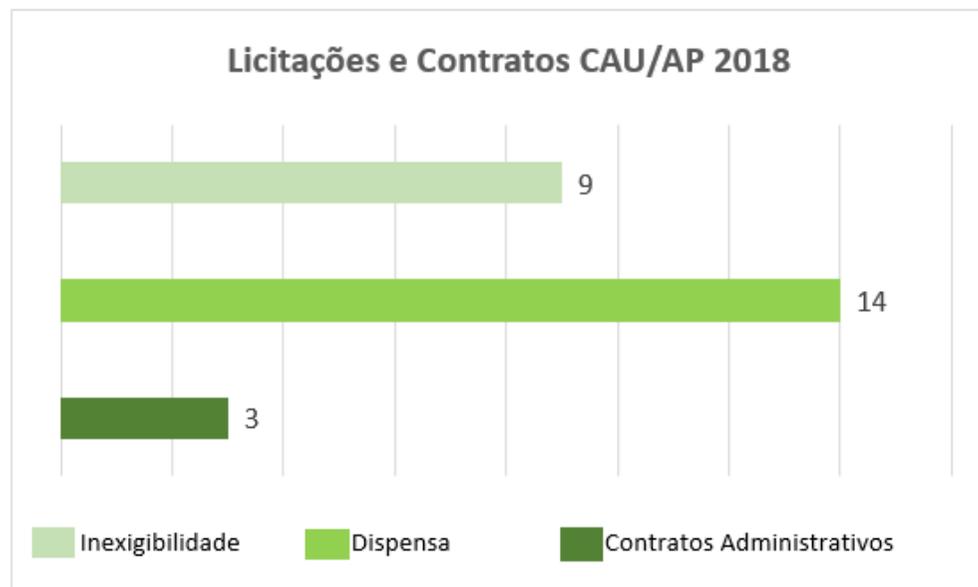
Os cargos gerenciais são Procurador Jurídico, Gerente Técnico e de Fiscalização e Gerente Administrativo e Financeiro, sendo o último ocupado por um empregado efetivo, correspondendo assim, a 33,33% dos cargos gerenciais.

Detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC

7.4 - GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade legal

O CAU/AP atua em conformidade com Lei de Licitações - Lei 8666/93 | Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações. Dentre as principais aquisições em 2018, elencamos no gráfico abaixo as modalidades e contratos realizados pelo CAU/AP:



7.5 - GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade legal

A contabilidade pública brasileira passa atualmente por um processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, levando a uma mudança de realidade nos procedimentos de contabilização que passam a ter um enfoque mais patrimonial e não meramente orçamentário.

Nesse contexto de adequação às práticas mais aderentes ao controle patrimonial, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou, por meio da sua Resolução CFC Nº 1.136 de 21.11.2008, a NBC T 16.9 - Norma Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público sobre Depreciação, Amortização e Exaustão estabelecendo critérios e procedimentos para o registro contábil nas entidades públicas.

Em virtude da necessidade de aplicação dos registros de depreciação e amortização ao controle de patrimônio das entidades públicas, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá (CAU-AP) iniciou em 2014 a contabilização regular da depreciação e amortização de seus itens de patrimônio. No entanto, os critérios para definição de vida útil dos bens e consequentes taxas de depreciação e amortização lineares aplicadas carecem de normativo.

O CAU-AP realizou suas primeiras aquisições de itens de patrimônio no ano de 2012 com a estruturação da sua primeira sede. Todos os bens adquiridos neste conselho foram produtos novos, evidenciando que o valor adotado para registro e controle é o valor de aquisição, sem necessidade de aplicação de estudo de reavaliação de bens.

Para configuração dos parâmetros de depreciação e amortização dos bens no sistema próprio informatizado, SISPAT.NET, foram definidos os prazos de vida útil por tipo de bem cadastrado com base nas instruções normativas específicas da Receita Federal, IN SRF Nº 4, de 30 de janeiro de 1985 e IN SRF Nº 1700, de 14 de março de 2017, e na realidade aplicada ao CAU-AP.

Os bens de Móveis e Utensílios tem vida útil de 10 anos determinada pela IN SRF Nº 1700. Como os móveis do CAU-AP representam, em sua

grande maioria, mobiliários de escritório para as atividades cotidianas dos funcionários do conselho, definiu-se a adoção dos 10 anos para vida útil por não haver fator de aceleração para depreciação.

Os bens de Máquinas e Equipamentos tem vida útil de 10 anos determinada pela IN SRF N° 1700. Como os condicionadores de ar e eletrodomésticos representam, em sua grande maioria, definiu-se a adoção dos 10 anos para vida útil por não haver fator de aceleração para depreciação.

Para os Utensílios de Copa e Cozinha seguiu-se a indicação da IN SRF N° 1700 em estipular o prazo de 10 anos para esses bens.

Aos Veículos do CAU-AP foi definida a vida útil de 5 anos, conforme a IN SRF N° 1700 sugere a os automóveis. Como o automóvel do CAU-AP é de uso nas fiscalizações, bem como rotinas administrativas, optou-se pela aplicação de 5 anos.

Os Equipamentos de Processamento de Dados configuram, em sua grande maioria, os microcomputadores e notebooks do CAU-AP. Adotou-se a sugestão de vida útil de 5 anos disposta na IN SRF N° 4, pois são bens com alta necessidade de renovação tecnológica.

Para Edificações seguiu-se a indicação da IN SRF N° 1700 em estipular o prazo de 25 anos para esses bens.

Mediante as justificativas apresentadas, a definição de vida útil dos bens de patrimônio do CAU-AP fica sintetizada no quadro abaixo:

Conta contábil	Vida útil
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Utensílios de copa e cozinha	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Edificações	25 anos

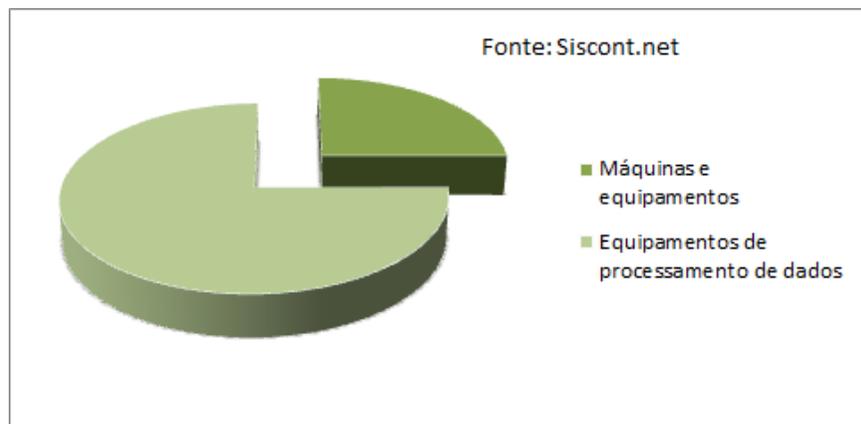
Valor residual é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação. Para todos os bens foi considerado o percentual de 10% para o valor residual.

A vida útil dos bens de patrimônio interfere diretamente nas taxas de depreciação e amortização lineares adotadas pelo SISPAT.NET ao

realizar os procedimentos mensais do CAU-AP, registrados contabilmente no SISCONT.NET.

Investimentos em infraestrutura e equipamentos

Em 2018, o Conselho investiu aproximadamente R\$ 7.500,00 em equipamentos em geral. Os investimentos estão relacionados ao objetivo de “ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade” do plano de ação de estruturação da sede própria.



Desfazimento de ativos

Não houve desfazimentos bens do CAU/AP no exercício 2018.

Locação de imóveis e equipamentos

O CAU/AP possui sede própria, não houve locação de imóvel e equipamentos.

Mudanças e desmobilizações relevantes

Não houve mudanças e desmobilização no exercício 2018.

Principais desafios e ações futuras

O principal desafio do CAU/AP em investimentos para próximos anos é a reestruturação da sede própria, tendo em vista a limitação orçamentária.

7.6 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, busca auxiliar os conselhos estaduais, disponibilizando sistemas voltados para o gerenciamento das informações e atividades dos CAU/UFs. O CAU/AP, como os demais CAU/UFs, utilizam ferramentas de sistema disponibilizados pelo CAU/BR, os quais se propõem ao gerenciamento das informações e serviços destinados aos profissionais e a sociedade.

7.7 - GESTÃO DE CUSTOS

ANEXO - Execução por centro de custos - Empenhado, liquidado e pago - Vide anexo do tópico 7.7 no final da seção

7.8 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

No intuito de otimizar os processos e diminuir os papéis gerados pelo processo físico, o CAU está em trâmite de contratação de empresa para o fornecimento de plataforma de gestão integrada. A ferramenta será disponibilizada aos CAU/UFs por meio do Centro de Serviços Compartilhados.

Anexo do tópico 7.2

FONTES E USOS - QUADRO GERAL FONTES E USOS

Quadro Geral de Fontes e Usos

Especificação	PROGRAMAÇÃO 2018					
	Valor Programado (R\$) (A)	Valor Executado (R\$) (B)	Execução			
			Valor (R\$) (C= B-A)	(%) (D= C/A)		
I - FONTES						
1. Receitas Correntes	1.182.020	1.183.450	1.430	0,1		
1.1 Receitas de Arrecadação	390.244	395.525	5.281	1,4		
1.1.1 Anuidades	208.375	164.460	(43.916)	(21,1)		
1.1.1.1 Pessoa Física	154.980	137.014	(17.966)	(11,6)		
1.1.1.1.1 Anuidade Exercício	145.578	110.963	(34.615)	(23,8)		
1.1.1.1.2 Anuidade Exercícios anteriores	9.402	26.051	16.649	177,1		
1.1.1.2 Pessoa Jurídica	53.395	27.446	(25.949)	(48,6)		
1.1.1.2.1 Anuidade Exercício	50.861	22.853	(28.008)	(55,1)		
1.1.1.2.2 Anuidade Exercícios anteriores	2.534	4.592	2.058	81,2		
1.1.2 RRT	162.168	214.779	52.611	32,4		
1.1.3 Taxas e Multas	19.701	16.287	(3.414)	(17,3)		
1.2 Aplicações Financeiras	12.671	18.614	5.943	46,9		
1.3 Outras Receitas	15.576	14.156	(1.420)	(9,1)		
1.4 Fundo de Apoio	763.529	755.155	(8.374)	(1,1)		
2 Receitas de Capital	228.440	-	(228.440)	(100,0)		
2.1 Saldos de Exercícios Anteriores (Superávit Financeiro)	228.440	-	(228.440)	(100,0)		
2.2 Outras Receitas	-	-	-	-		
I – TOTAL	1.410.460	1.183.450	(227.010)	(16,1)		
II. USOS						
II.1 Programação Operacional	1.350.933	987.602	(363.331)	(26,9)		
Projetos	272.963	38.696	(234.267)	(85,8)		
Atividades	1.077.970	948.906	(129.064)	(12,0)		
II.2 Aportes ao Fundo de Apoio	11.634	11.634	-	-		
II.3 Aporte ao CSC	24.893	24.893	(0)	(0,0)		
II.4 Reserva de Contingência	23.000	-	(23.000)	(100,0)		
II – TOTAL	1.410.460	1.024.129	(386.331)	(27,4)		
VARIAÇÃO (I-II)	-	159.321,1	159.321,1	-		
RESUMO DA PROGRAMAÇÃO 2018 - POR CATEGORIA ECONÔMICA						
CATEGORIA ECONÔMICA	FONTES - 2018			USOS - 2018		
	Valor Programado (R\$) (A)	Valor Executado (R\$) (B)	Execução % (C=B-A)	Valor Programado (R\$) (D)	Valor Executado (R\$) (E)	Variação % (F=E-D)
Corrente	1.182.020	1.183.450	100,1	1.182.020	1.016.556	86,0
Capital	228.440	-	-	228.440	7.573	3,3
Total	1.410.460	1.183.450	83,9	1.410.460	1.024.129	72,6

•"Tornar a **fiscalização** um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo"

30,5% da RAL

R\$ 348 mil / Qtd. iniciativas: 4

•"Assegurar a eficácia no **atendimento** e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade"

11,3% da RAL

R\$ 128 mil / Qtd. iniciativas: 4

•"Assegurar a eficácia no relacionamento e **comunicação** com a sociedade"

2,8% da RAL

R\$ 32 mil / Qtd. iniciativas: 5

•"Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo" – **Patrocínios**

0% da RAL

R\$ 0 / Qtd. iniciativas: 0

• "Objetivos Estratégicos Locais (XX e YY) "

5,6% da RAL

R\$ 63 mil

• "Desenvolver competências de dirigentes e colaboradores"

2,2% da Folha de Pessoal

R\$ 14 mil / Qtd. iniciativas: 6

• "Aplicações em pessoal (salários e encargos)"

48,7% da Receita Corrente

R\$ 577 mil

• "Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo (ATHIS)"

1,5% da RAL

R\$ 17 mil/ Qtd. iniciativas: 1

• "Reserva de Contingência"

2% da RAL

R\$ 0/ Qtd. iniciativas: 0

Anexo do tópico 7.2.1

**DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.PDF -
DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Empenhada						Despesa Paga					
	2018			2017			2018			2017		
	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)												
a) Convite	0	0,00	0	20	62.997,30	3,80	0	0,00	0	20	62.997,30	3,87
b) Tomada de Preços	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
c) Concorrência	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
d) Pregão	22	127.222,62	12,42	14	89.837,00	5,42	22	127.222,62	12,53	14	82.542,00	5,07
e) Concurso	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
f) Consulta	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	22	127.222,62	12,4	34	152.834,30	9,2	22	127.222,62	12,5	34	145.539,30	8,9
2. Contratações Diretas (i+j)												
i) Dispensa	35	68.527,39	6,69	40	709.816,04	42,83	35	59.925,78	5,90	40	699.487,45	42,93
j) Inexigibilidade	1	2.000,00	0,20	11	29.277,00	1,77	1	2.000,00	0,20	11	29.277,00	1,80
p) Compra Direta	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	36	70.527,39	6,9	51	739.093,04	44,6	36	61.925,78	6,1	51	728.764,45	44,7
3. Regime de Execução Especial												
k) Suprimento de Fundos	12	3.364,21	0,33	13	3.680,41	0,22	12	3.364,21	0,33	13	3.680,41	0,23
	12	3.364,21	0,3	13	3.680,41	0,2	12	3.364,21	0,3	13	3.680,41	0,2
4. Pagamento de Pessoal (l+m)												
l) Pagamento em Folha	64	648.245,65	63,30	45	527.198,07	31,81	64	648.245,65	63,83	45	527.198,07	32,35
m) Diárias	47	79.500,00	7,76	57	135.241,52	8,16	47	79.500,00	7,83	57	135.241,52	8,30
	111	727.745,65	71,1	102	662.439,59	40,0	111	727.745,65	71,7	102	662.439,59	40,7
5. Total												
	181	928.859,87	90,70	200	1.558.047,34	94,02	181	920.258,26	90,62	200	1.540.423,75	94,54
6. Outros												
n) Outros	17	95.268,99	9,30	26	99.079,91	5,98	17	95.268,99	9,38	26	89.017,27	5,46
o) Chamamento Público	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	17	95.268,99	9,3	26	99.079,91	6,0	17	95.268,99	9,4	26	89.017,27	5,5
Total Geral												
	198	1.024.128,86	100	226	1.657.127,25	100	198	1.015.527,25	100	226	1.629.441,02	100

Anexo do tópico 7.7

EXECUÇÃO POR CENTRO DE CUSTOS - EMPENHADO, LIQUIDADO E PAGO

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Demonstrativo de Empenhos e Pagamentos

Todos os centros de custos

Centro de Custo	Orçado	EMPENHOS		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS		
		Período	Exercício	Período	Exercício	Período	Exercício	Orçamento	A Liquidar	A Pagar
COMISSÕES PERMANENTES										
	34.500,00	30.440,35	30.440,35	30.440,35	30.440,35	30.440,35	30.440,35	4.059,65	0,00	0,00
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - CPFOA										
	17.250,00	14.188,32	14.188,32	14.188,32	14.188,32	14.188,32	14.188,32	3.061,68	0,00	0,00
Atividade - Comissão de Planejamento, Finanças, Orçamento e Administração - CPFOA										
	17.250,00	14.188,32	14.188,32	14.188,32	14.188,32	14.188,32	14.188,32	3.061,68	0,00	0,00
COMISSÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO, ÉTICA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CEFEEP										
	17.250,00	16.252,03	16.252,03	16.252,03	16.252,03	16.252,03	16.252,03	997,97	0,00	0,00
Atividade - Comissão de Ensino e Formação, Ética e Exercício Profissional - CEFEEP										
	17.250,00	16.252,03	16.252,03	16.252,03	16.252,03	16.252,03	16.252,03	997,97	0,00	0,00
UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS										
	1.375.960,00	993.688,51	993.688,51	986.171,71	986.171,71	985.086,90	985.086,90	382.271,49	7.516,80	1.084,81
PRESIDÊNCIA										
	320.720,00	76.554,26	76.554,26	76.554,26	76.554,26	76.554,26	76.554,26	244.165,74	0,00	0,00
Projeto - Estruturação da sede própria do CAU/AP										
	231.940,00	7.573,00	7.573,00	7.573,00	7.573,00	7.573,00	7.573,00	224.367,00	0,00	0,00
Atividade - Presidência e Plenárias										
	63.780,00	52.069,78	52.069,78	52.069,78	52.069,78	52.069,78	52.069,78	11.710,22	0,00	0,00
Projeto - Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social – ATHIS										
	25.000,00	16.911,48	16.911,48	16.911,48	16.911,48	16.911,48	16.911,48	8.088,52	0,00	0,00
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA										
	1.055.240,00	917.134,25	917.134,25	909.617,45	909.617,45	908.532,64	908.532,64	138.105,75	7.516,80	1.084,81
Atividade - Manutenção das Atividades Administrativas										
	451.951,00	382.578,82	382.578,82	375.062,02	375.062,02	373.977,21	373.977,21	69.372,18	7.516,80	1.084,81
Atividade - Atendimento e relacionamento com arquitetos e urbanistas e a sociedade										

Centro de Custo	Orçado	EMPENHOS		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS		
		Período	Exercício	Período	Exercício	Período	Exercício	Orçamento	A Liquidar	A Pagar
	127.819,00	124.587,83	124.587,83	124.587,83	124.587,83	124.587,83	124.587,83	3.231,17	0,00	0,00
Atividade - Fiscalização										
	335.920,00	326.885,90	326.885,90	326.885,90	326.885,90	326.885,90	326.885,90	9.034,10	0,00	0,00
Atividade - Comunicação										
	64.000,00	32.343,04	32.343,04	32.343,04	32.343,04	32.343,04	32.343,04	31.656,96	0,00	0,00
Atividade - Fundo de apoio										
	11.634,00	11.634,00	11.634,00	11.634,00	11.634,00	11.634,00	11.634,00	0,00	0,00	0,00
Atividade - Reserva de Contingência										
	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00
Projeto - Colaborador Valorizado										
	16.023,00	14.211,89	14.211,89	14.211,89	14.211,89	14.211,89	14.211,89	1.811,11	0,00	0,00
Atividade - Contribuição com as despesas do CSC - Fiscalização										
	20.835,32	20.835,32	20.835,32	20.835,32	20.835,32	20.835,32	20.835,32	0,00	0,00	0,00
Atividade - Contribuição com as despesas do CSC - Atendimento										
	4.057,68	4.057,45	4.057,45	4.057,45	4.057,45	4.057,45	4.057,45	0,23	0,00	0,00
Total	1.410.460,00	1.024.128,86	1.024.128,86	1.016.612,06	1.016.612,06	1.015.527,25	1.015.527,25	386.331,14	7.516,80	1.084,81

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balieiro
Presidente CAU AP
CAU nº A21721-2
226.364.472-53

Welideive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil
CRC-TO 004769/O-2
016.953.223-20

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 8.0 - Introdução
- 8.1 - Declaração do contador / opinião dos auditores externos
- 8.2 - Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas

8.0 - INTRODUÇÃO

O Resultado Financeiro apurado em 31/12/18 é um Superávit no valor de R\$ 381.930,40 (trezentos e oitenta e um mil novecentos e trinta reais e quarenta centavos), apurado no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2018, conforme demonstramos:

Superávit Financeiro 2018

(+) Ativo Financeiro

a. Caixa e Equivalentes apurado em 31/12/18.....R\$ 451.004,00

(-) Passivo Financeiro

b. (-) Passivo Circulante em 31/12/18R\$ (61.556,80)

c. (-) Restos a Pagar Não Processados 2018R\$ (7.516,80)

(=) Superávit Financeiro em 31/12/18R\$ 381.930,40

8.1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR / OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS

ANEXO - Declaração do contador - Declaração das demonstrações contábeis - Vide anexo do tópico 8.1 no final da seção

8.2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Nome	Descrição
Balanco Financeiro.pdf	Balanco Financeiro
Balanco Orcamentario.pdf	Balanco Orcamentario
Balanco Patrimonial.pdf	Balanco Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

ANEXO - Notas explicativas CAU/AP - Notas explicativas das demonstrações contábeis 2018 - Vide anexo do tópico 8.2 no final da seção

Anexo do tópico 8.1

DECLARAÇÃO DO CONTADOR - DECLARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Declaração do contador responsável

Unidade Jurisdicionada: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SISCONT.net (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Palmas/TO, 31 de dezembro de 2018.

Welideive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil
CRC/TO 004769/O-2

Anexo do tópico 8.2

BALANÇO FINANCEIRO.PDF - BALANÇO FINANCEIRO

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.183.449,94	1.141.577,58	Despesa Orçamentária	1.024.128,86	1.657.127,25
RECEITA REALIZADA	1.183.449,94	1.141.577,58	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	7.516,80	16.875,23
RECEITA CORRENTE	1.183.449,94	1.141.577,58	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	1.084,81	10.811,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	164.459,50	145.254,63	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.015.527,25	1.629.441,02
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	164.459,50	145.254,63	DESPESA CORRENTE	1.007.954,25	1.001.443,02
ANUIDADES	164.459,50	145.254,63	PESSOAL	666.615,65	555.753,07
RECEITA DE SERVIÇOS	216.214,63	195.883,87	MATERIAL DE CONSUMO	7.796,42	6.472,40
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.436,00	684,71	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	81.656,26	152.361,92
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	214.778,63	194.911,96	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	174.442,96	219.490,32
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS		287,20	ENCARGOS DIVERSOS	38.215,96	28.964,11
FINANCEIRAS	33.293,94	45.948,29	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.700,23	2.793,20
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	5.731,15	4.079,04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.526,77	35.608,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	27.562,79	41.869,25	DESPESA DE CAPITAL	7.573,00	627.998,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	8.949,21	6.788,87	INVESTIMENTOS	7.573,00	7.998,00
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18.613,58	35.080,38	INVERSÕES FINANCEIRAS		620.000,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	755.155,21	748.927,15			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.326,66	5.563,64			
MULTAS DE INFRAÇÕES	170,80	3.971,96			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.455,43	1.322,43			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	700,43	269,25			
Receitas Não Identificadas	700,43	269,25			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	804.455,01	874.718,52	Pagamentos Extraorçamentários	819.789,36	864.498,85
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	7.516,80	16.875,23	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	16.875,23	16.203,33
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.084,81	10.811,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	10.811,00	500,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	77.619,46	353.472,69	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	77.619,46	71.185,09
Outros Recebimentos Extraorçamentários	718.233,94	493.559,60	Outros Pagamentos Extraorçamentários	714.483,67	776.610,43
Saldo em espécie do Exercício Anterior	307.017,27	812.347,27	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	451.004,00	307.017,27
Caixa e Equivalente de Caixa	307.017,27	812.347,27	Caixa e Equivalente de Caixa	451.004,00	307.017,27
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados			Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados		
Total:	2.294.922,22	2.828.643,37		2.294.922,22	2.828.643,37

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balieiro
 Presidente CAU AP
 CAU nº A21721-2
 226.364.472-53

Welideive dos Santos Oliveira
 Assessor Contábil
 CRC-TO 004769/O-2
 016.953.223-20



Anexo do tópico 8.2

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.PDF - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.142.000,00	1.182.020,00	1.183.449,94	1.429,94
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	193.789,00	208.376,00	164.459,50	-43.916,50
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	193.789,00	208.376,00	164.459,50	-43.916,50
ANUIDADES	193.789,00	208.376,00	164.459,50	-43.916,50
RECEITA DE SERVIÇOS	151.129,00	163.168,00	216.214,63	53.046,63
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	700,00	700,00	1.436,00	736,00
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	150.129,00	162.168,00	214.778,63	52.610,63
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	300,00	300,00	0,00	-300,00
FINANCEIRAS	31.212,00	31.072,00	33.293,94	2.221,94
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	4.150,00	7.094,00	5.731,15	-1.362,85
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	27.062,00	23.978,00	27.562,79	3.584,79
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	1.407,00	1.407,00	0,00	-1.407,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	6.900,00	9.900,00	8.949,21	-950,79
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18.755,00	12.671,00	18.613,58	5.942,58
TRANSFERENCIAS CORRENTES	765.570,00	763.529,00	755.155,21	-8.373,79
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300,00	15.875,00	14.326,66	-1.548,34
MULTAS DE INFRAÇÕES	300,00	300,00	170,80	-129,20
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	15.575,00	13.455,43	-2.119,57
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	700,43	700,43

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
Receitas Não Identificadas			0,00	0,00	700,43	700,43		
RECEITA DE CAPITAL			178.000,00	228.440,00	0,00	-228.440,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			178.000,00	228.440,00	0,00	-228.440,00		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			178.000,00	228.440,00	0,00	-228.440,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			1.320.000,00	1.410.460,00	1.183.449,94	-227.010,06		
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL			1.320.000,00	1.410.460,00	1.183.449,94	-227.010,06		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE			1.119.710,00	1.159.020,00	1.016.555,86	1.009.039,06	1.007.954,25	142.464,14
PESSOAL			607.993,00	682.175,83	666.615,65	666.615,65	666.615,65	15.560,18
PESSOAL E ENCARGOS			578.717,00	653.822,01	648.245,65	648.245,65	648.245,65	5.576,36
DIÁRIAS			29.276,00	28.353,82	18.370,00	18.370,00	18.370,00	9.983,82
MATERIAL DE CONSUMO			24.374,00	20.374,00	15.256,42	7.796,42	7.796,42	5.117,58
MATERIAL DE CONSUMO			24.374,00	20.374,00	15.256,42	7.796,42	7.796,42	5.117,58
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			126.410,00	93.750,22	81.656,26	81.656,26	81.656,26	12.093,96
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS			20.640,00	20.910,00	20.526,26	20.526,26	20.526,26	383,74
DIÁRIAS			105.770,00	72.840,22	61.130,00	61.130,00	61.130,00	11.710,22
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			302.866,00	263.643,72	175.584,57	175.527,77	174.442,96	88.059,15
SERVIÇOS DE CONSULTORIA			42.560,00	42.768,25	42.768,25	42.768,25	42.768,25	0,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO			5.500,00	24.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	22.000,00
SERVIÇOS PRESTADOS			147.896,00	123.896,07	63.827,92	63.771,12	62.686,31	60.068,15
PASSAGENS			106.910,00	72.979,40	66.988,40	66.988,40	66.988,40	5.991,00
ENCARGOS DIVERSOS			18.500,00	59.849,00	38.215,96	38.215,96	38.215,96	21.633,04
ENCARGOS DIVERSOS			18.500,00	59.849,00	38.215,96	38.215,96	38.215,96	21.633,04

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00	2.700,23	2.700,23	2.700,23	2.700,23	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.567,00	36.527,00	36.526,77	36.526,77	36.526,77	0,23
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	11.634,00	11.634,00	11.634,00	11.634,00	11.634,00	0,00
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	26.933,00	24.893,00	24.892,77	24.892,77	24.892,77	0,23
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	178.000,00	228.440,00	7.573,00	7.573,00	7.573,00	220.867,00
INVESTIMENTOS	178.000,00	228.440,00	7.573,00	7.573,00	7.573,00	220.867,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	178.000,00	228.440,00	7.573,00	7.573,00	7.573,00	220.867,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	22.290,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.320.000,00	1.410.460,00	1.024.128,86	1.016.612,06	1.015.527,25	386.331,14
SUPERÁVIT	0,00	0,00	159.321,08	0,00	0,00	-159.321,08
TOTAL	1.320.000,00	1.410.460,00	1.183.449,94	1.016.612,06	1.015.527,25	227.010,06

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balieiro
 Presidente CAU AP
 CAU nº A21721-2
 226.364.472-53

Welideive dos Santos Oliveira
 Assessor Contábil
 CRC-TO 004769/O-2
 016.953.223-20

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESA CORRENTE	0,00	16.875,23	16.875,23	16.875,23	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	6.812,59	6.812,59	6.812,59	0,00	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	10.062,64	10.062,64	10.062,64	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	16.875,23	16.875,23	16.875,23	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESA CORRENTE	0,00	10.811,00	10.811,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	10.811,00	10.811,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	10.811,00	10.811,00	0,00	0,00

Anexo do tópico 8.2

BALANÇO PATRIMONIAL.PDF - BALANÇO PATRIMONIAL

Balço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	650.858,83	PASSIVO CIRCULANTE	61.556,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	451.004,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	196.239,70	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
CLIENTES	174.693,52	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.084,81
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	220.878,11	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	29.824,29	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	229.156,22	PROVISÕES A CURTO PRAZO	60.471,99
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00		0,00
ESTOQUES	0,00		0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	3.615,13		0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	650.910,25	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	650.910,25	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	184.493,02	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
BENS IMÓVEIS	620.000,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	153.582,77	RESULTADO DIFERIDO	0,00
INTANGÍVEL	0,00		0,00
		TOTAL DO PASSIVO	61.556,80

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	1.240.212,28
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.240.212,28
TOTAL	1.301.769,08	TOTAL	1.301.769,08
ATIVO FINANCEIRO	451.004,00	PASSIVO FINANCEIRO	69.073,60
ATIVO PERMANENTE	850.765,08	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			1.232.695,48

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	42.251,22
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	42.251,22

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	381.930,40	228.440,11

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balieiro
 Presidente CAU AP
 CAU nº A21721-2
 226.364.472-53

Welideive dos Santos Oliveira
 Assessor Contábil
 CRC-TO 004769/O-2
 016.953.223-20

Anexo do tópico 8.2

**DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.PDF -
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.327.500,42	1.256.330,18	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.079.454,69	1.186.891,55
CONTRIBUIÇÕES	308.509,98	260.007,23	PESSOAL E ENCARGOS	657.826,71	536.226,61
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	308.509,98	260.007,23	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	586.239,06	483.523,39
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	308.509,98	260.007,23	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	586.239,06	483.523,39
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	216.214,63	195.883,87	BENEFÍCIOS A PESSOAL	71.587,65	52.703,22
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	216.214,63	195.883,87	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	71.587,65	52.703,22
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	216.214,63	195.883,87	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	385.101,21	495.317,63
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	33.293,94	49.848,85	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	7.796,42	17.283,40
JUROS E ENCARGOS DE MORA	5.731,15	7.979,60	CONSUMO DE MATERIAL	7.796,42	17.283,40
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	5.731,15	7.979,60	SERVIÇOS	331.809,71	437.348,62
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	27.562,79	41.869,25	DIARIAS	79.500,00	133.274,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	27.562,79	41.869,25	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	87.514,66	130.252,51
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	755.155,21	748.927,15	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	164.795,05	173.822,11
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	755.155,21	748.927,15	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	45.495,08	40.685,61
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	755.155,21	748.927,15	DEPRECIACAO	45.495,08	40.685,61
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14.326,66	1.663,08	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	36.526,77	35.608,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	700,43	269,25	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	36.526,77	35.608,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	700,43	269,25	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	36.526,77	35.608,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.626,23	1.393,83	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	119.739,31
MULTAS ADMINISTRATIVAS	170,80	71,40	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00	119.739,31
INDENIZAÇÕES	13.455,43	1.322,43	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	0,00	119.739,31
Total das Variações Ativas :	1.327.500,42	1.256.330,18	Total das Variações Passivas :	1.079.454,69	1.186.891,55
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	248.045,73	69.438,63

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Total	1.327.500,42	1.256.330,18	Total	1.327.500,42	1.256.330,18

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balieiro
 Presidente CAU AP
 CAU nº A21721-2
 226.364.472-53

Weldeive dos Santos Oliveira
 Assessor Contábil
 CRC-TO 004769/O-2
 016.953.223-20

**Variações Patrimoniais Qualitativas
 (decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	12.403,33	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

Anexo do tópico 8.2

**DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA.PDF - DEMONSTRATIVO DO
FLUXO DE CAIXA**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.183.449,94	1.141.577,58
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	164.459,50	145.254,63
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	164.459,50	145.254,63
ANUIDADES	164.459,50	145.254,63
RECEITA DE SERVIÇOS	216.214,63	195.883,87
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.436,00	684,71
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	214.778,63	194.911,96
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	287,20
FINANCEIRAS	33.293,94	45.948,29
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	5.731,15	4.079,04
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	27.562,79	41.869,25
MULTAS SOBRE ANUIDADES	8.949,21	6.788,87
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18.613,58	35.080,38
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	755.155,21	748.927,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.326,66	5.563,64
MULTAS DE INFRAÇÕES	170,80	3.971,96
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.455,43	1.322,43
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	700,43	269,25
Receitas Não Identificadas	700,43	269,25
OUTROS INGRESSOS	795.853,40	847.032,29
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	1.007.954,25	1.001.443,02
PESSOAL	666.615,65	555.753,07
MATERIAL DE CONSUMO	7.796,42	6.472,40
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	81.656,26	152.361,92
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	174.442,96	219.490,32
ENCARGOS DIVERSOS	38.215,96	28.964,11
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.700,23	2.793,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.526,77	35.608,00
OUTROS DESEMBOLSOS	819.789,36	864.498,85
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	151.559,73	122.668,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	7.573,00	7.998,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	620.000,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.573,00	-627.998,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	143.986,73	-505.330,00
--	------------	-------------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	307.017,27	812.347,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	451.004,00	307.017,27

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balieiro
Presidente CAU AP
CAU nº A21721-2
226.364.472-53

Welideive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil
CRC-TO 004769/O-2
016.953.223-20

Anexo do tópico 8.2

**NOTAS EXPLICATIVAS CAU/AP - NOTAS EXPLICATIVAS DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2018**

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do
Amapá - CAU/AP**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OBS: O relatório será incluído oportunamente, entretanto os modelos podem ser consultados por meio da NBCTA 700 do Conselho Federal de Contabilidade.



NBCTA700.pdf

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/AP é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno do CAU/AP.

O Conselho está localizado na Avenida Caramuru, 356, Cep 68902-100, Beírol, Macapá-AP.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de janeiro de 2019.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AP procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2018.
- b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017. O percentual médio de anuidades pessoas físicas reduzido em

20%, com isso, registrou-se o percentual médio de 80% de inadimplência, já o percentual médio de anuidades pessoas jurídicas reduzido em 3%, logo, registrou-se o percentual médio de 97% de inadimplência.

- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio de instrução, plausível à realidade do CAU/AP, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) Reflexo patrimonial comparativo:

	2018	2017
Créditos de Anuidades	R\$ 395.571	R\$ 281.924
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(R\$ 229.156)	(R\$ 257.876)

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, sendo dada baixa automática, uma vez que são aquisições para consumo imediato, não havendo estocagem de materiais no Conselho.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/AP segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR e Orientação Técnica nº 01/2017 expedida pela Assessoria Contábil do CAU/AP, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Utensílios de copa e cozinha	10	10%
Edificações	25	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AP procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/AP adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	-	-
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	451.004	307.017
	<u>451.004</u>	<u>307.017</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Créditos de anuidades do exercício	174.694	130.906
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	250.702	151.019
(-) Provisão para devedores duvidosos	- 229.156	- 257.876
	<u>196.240</u>	<u>24.048</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias		
De 31 a 60 dias		
De 61 a 90 dias		
De 91 a 180 dias	425.396	281.924
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	- 229.156	- 257.877
	<u>196.240</u>	<u>24.048</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais créditos e valores à curto prazo

	2018	2017
Adiantamento concedido a pessoal	-	3.750
Tributos a recuperar	-	-
	-	3.750

8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

	2018	2017
Prêmios de seguros a apropriar	1.276	419
Assinaturas e anuidades a apropriar	2.339	1.661
	3.615	2.079

9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Edifícios	620.000	39.060	580.940	603.260
Veículos	74.490	65.924	8.566	19.740
Móveis e utensílios	24.575	10.369	14.206	16.419
Máquinas e Equipamentos	19.874	6.012	13.862	13.653
Equipamentos de processamento de dados	59.635	29.900	29.735	31.627
Utensílios de Copa e Cozinha	5.919	2.317	3.601	4.134
Total	804.493	153.583	650.910	688.832

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2018
Edifícios	620.000	-	-	39.060	580.940
Veículos	74.490	-	-	65.924	8.566
Móveis e utensílios	24.575	-	-	10.369	14.206
Máquinas e Equipamentos	17.976	1.898	-	6.012	13.862
Equipamentos de processamento de dados	53.960	5.675	-	29.900	29.735
Utensílios de Copa e Cozinha	5.919	-	-	2.317	3.601
Total	796.920	7.573	-	153.583	650.910

	Consolidado	
	2018	2017
Circulante	650.859	336.895
Não circulante	650.910	688.832
	1.301.769	1.025.727

10. Fornecedores a pagar

	2018	2017
Prestação de serviço	1.085	-
Fornecedor de materiais	-	10.811
Outros fornecedores	-	-
	1.085	10.811

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias	1.085	10.811
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	1.085	10.811

11. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2018	2017
Salários e encargos sociais	-	-
Provisão para férias e encargos sociais	60.472	50.891
	<u>60.472</u>	<u>50.891</u>
Passivo circulante	61.557	61.702
Passivo não circulante	-	-
	<u>61.557</u>	<u>61.702</u>

12. Provisão para riscos processuais

Conforme memorando da Procuradoria Jurídica, não há processos trabalhistas e cíveis envolvendo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá.

13. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/AP, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

14. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depreciação e amortização	45.495	40.686
Despesas com pessoal	657.827	536.227
Despesas com contratação de terceiros	329.424	560.508
Impostos, taxas e contribuições	10.182	13.863
Outras despesas	36.527	35.608
	<u>1.079.455</u>	<u>1.186.892</u>

15. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.327.500	1.256.330
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.079.455)	(1.186.892)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>248.046</u>	<u>69.439</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.183.450	1.141.578
(-) Despesas Empenhadas	(1.024.129)	(1.657.127)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>159.321</u>	<u>(515.550)</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Disponível Apurado	451.004	307.017
(-) Passivo Financeiro	(69.074)	(78.577)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>381.930</u>	<u>228.440</u>

16. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	-
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para xxx veículos	40.586
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	400.000
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		<u>440.586</u>

17. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e

Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes.

Macapá/AP, 31 de dezembro de 2018.

<p>Welideive dos Santos Oliveira Assessor Contábil CAU-AP CRC-TO 004769/O-2</p>	<p>César Augusto Batista Balieiro Presidente do CAU-AP</p>
---	--

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

9.1 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não se aplica.

ANEXO - Delebração Plenário de Aprovação do Relatório de Gestão CAU_AP.pdf - Vide anexo do tópico 9.1 no final da seção

ANEXO - Deliberação CPFOA.pdf - Vide anexo do tópico 9.1 no final da seção

Anexo do tópico 9.1

DELEBRAÇÃO PLENÁRIO DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO CAU_AP.PDF



Processo	
Interessado	CAU/AP
Assunto	Considerando aprovação da Prestação de contas de fevereiro, aprovação do Relatório de Gestão 2018, resumo dos eventos realizados no primeiro trimestre, relatório de atividades das Comissões no primeiro trimestre, e o que ocorrer.

DELIBERAÇÃO DA 86ª PLENÁRIA ORDINÁRIA 2019

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP, no uso das competências previstas no art. 34, inciso X da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e no art. 9º do Regimento Interno do CAU/AP e de acordo com as análises realizadas durante a 86ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 20 de março de 2019, às 9h35min, com sua sede localizado a Av. Caramuru, 356 - Beírol - CEP 68.902-100 - Macapá –Amapá.

Teve como pontos de pauta: aprovação da Prestação de contas de fevereiro, aprovação do Relatório de Gestão 2018, resumo dos eventos realizados no primeiro trimestre, relatório de atividades das Comissões no primeiro trimestre, e o que ocorrer.

DELIBEROU:

1. Aprovação por unanimidade a elaboração do Relatório de Gestão 2018.

Macapá-AP, 20 de março de 2019.

CESAR AUGUSTO BATISTA BALIEIRO
Presidente do CAU/AP

ALBERIO PANTOJA MARQUES
Vice-Presidente do CAU/AP

ADAILSON O. BARTOLOMEU
Conselheiro Titular

WELTON BARREIROS ALVINO
Conselheiro Titular

ALEX MAIA XAVIER
Conselheiro Titular

Anexo do tópico 9.1
DELIBERAÇÃO CPFOA.PDF



COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CAU/AP
DELIBERAÇÃO 02/2019

PROCESSO	
INTERESSADO	CAU/AP
ASSUNTO	Apreciação e aprovação do relatório de gestão do CAU/AP.

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO – CAU/AP, esteve reunida ordinariamente no dia 20 de março de 2019, às 8:30h, na sala de reunião do Conselho de Arquitetura e urbanismo do Amapá, localizado a Av. Caramuru, 356 – Beiol, Macapá/AP, no uso das competências que lhe conferem os incisos I a XXIV do art. 42 do Regimento Interno do CAU/AP, após análise do assunto em epígrafe, e considerando a necessidade apreciação e aprovação do Relatório de Gestão 2018 do CAU/AP,

DELIBEROU:

- 1- Aprovação por unanimidade a elaboração do Relatório de Gestão 2018;
- 2- A CPFOA-CAU/AP, conforme determina o art. 40, inciso I do Regimento Interno, neste ato submete a presente deliberação à apreciação e decisão final do Plenário do CAU/AP.

Macapá-AP, 20 de março de 2019.

ALBERIO PANTOJA MARQUES
Coordenador da CPFOA do CAU/AP

WELTON BARREIROS ALVINO
Membro da CPFOA do CAU/AP

ALEX MAIA XAVIER
Membro da CPFOA do CAU/AP

10. ANEXOS E APÊNDICES

10.1 - ANEXOS E APÊNDICES



CONCLUSÃO

Focando na execução de seus objetivos estratégicos: Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo, a equipe de fiscalização realizou seu trabalho em três principais frentes: 01 - Vazão de processos pendentes que estavam na CEFEEP de exercícios anteriores, 02 - Fiscalização de denúncias e 03 - Cronograma de fiscalização do exercício. Neste sentido, o primeiro semestre, o foco principal foi a tratativa de demandas de exercícios anteriores que estavam congestionados na CEFEEP, que contabilizavam cerca de 70 processos. A CEFEEP se posicionou em 20 deliberações com temáticas voltadas principalmente ao ensino e formação dos arquitetos e urbanistas recém-registrados e com a ética e o exercício da profissão através de campanhas de valorização das atividades da profissão. A fiscalização atendeu cerca de 37 denúncias, gerou 313 novos processos que, destes, 241 foram arquivados por inexistência de irregularidade e/ou regularizados e 72 que estão em análise.

Em Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade, o CAU/AP criou a Gerencia Técnica e de Fiscalização, que no decorrer do ano buscou aproximação direta nos atendimentos, onde foram gerados cerca de 1.680 atendimentos entre presenciais, telefônico e no SICCAU.

Buscando Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade no ano de 2018 o CAU/AP criou a assessoria especial, voltada para a criação de um canal mais dinâmico e versátil para facilitar a interação com os clientes. Foram intensificados principalmente a comunicação em redes sociais.

Com intuito de Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo realizou o II seminário de capacitação em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS, onde foram registrados cerca de 161 pessoas em 02 dias de evento.

Para atender o objetivo Assegurar a sustentabilidade financeira, o CAU/AP reforçou principalmente a ação de cobranças de dívida ativa, Consoante a Lei de Responsabilidade Fiscal, abrangendo tanto ações administrativa quanto judicial. Nesse sentido foram registrados cerca de 165 processos de pessoa física e 44 processos de pessoa jurídica.

O CAU/AP ainda encontrou dificuldades para a realização de algumas ações programadas para o ano de 2018, em função do pequeno quadro de pessoal e por está na situação de CAU/Básico.

Anexo do tópico 10.1

CAUAP2018PARECERBDO.PDF

CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO AMAPÁ - CAU/AP

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAPÁ - CAU/AP

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP
Macapá - AP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Neste sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



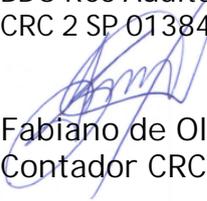
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 20 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - AP


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3 - S - AP

Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.327.500	1.256.330	VARIÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.079.455	1.186.892
CONTRIBUIÇÕES	308.510	260.007	PESSOAL E ENCARGOS	657.827	536.227
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	308.510	260.007	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	586.239	483.523
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	308.510	260.007	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	586.239	483.523
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	216.215	195.884	BENEFÍCIOS A PESSOAL	71.588	52.703
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	216.215	195.884	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	71.588	52.703
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	216.215	195.884	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	385.101	495.318
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	33.294	49.849	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	7.796	17.283
JUROS E ENCARGOS DE MORA	5.731	7.980	CONSUMO DE MATERIAL	7.796	17.283
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	5.731	7.980	SERVIÇOS	331.810	437.349
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	27.563	41.869	DIARIAS	79.500	133.274
MULTAS SOBRE ANUIDADES	27.563	41.869	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	87.515	130.253
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	755.155	748.927	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	164.795	173.822
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	755.155	748.927	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	45.495	40.686
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	755.155	748.927	DEPRECIACAO	45.495	40.686
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14.327	1.663	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	36.527	35.608
VARIÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	700	269	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	36.527	35.608
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	700	269	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	36.527	35.608
DIVERSAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.626	1.394	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	-	119.739
MULTAS ADMINISTRATIVAS	171	71	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	-	119.739
INDENIZACÖES	13.455	1.322	VARIÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISAO PARA PERDAS DE CREDITOS	-	119.739
Total das Variações Ativas :	1.327.500	1.256.330	Total das Variações Passivas :	1.079.455	1.186.892
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	248.046	69.439
Total	1.327.500	1.256.330	Total	1.327.500	1.256.330

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balleiro
 Presidente CAU AP
 CAU nº A21721-2
 226.364.472-53

Weldeive dos Santos Oliveira
 Assessor Contábil
 CRC-TO 004769/O-2
 016.953.223-20

Impresso em: 30/01/2019 20:27

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página: 1/1

Balço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.183.450	1.141.578	Despesa Orçamentária	1.024.129	1.657.127
RECEITA REALIZADA	1.183.450	1.141.578	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	7.517	16.875
RECEITA CORRENTE	1.183.450	1.141.578	CREDITO EMPENHADO - PAGO	1.085	10.811
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	164.460	145.255	DESPESA CORRENTE	1.015.527	1.629.441
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	164.460	145.255	PESSOAL	1.007.954	1.001.443
ANUIDADES	164.460	145.255	MATERIAL DE CONSUMO	666.616	555.753
RECEITA DE SERVIÇOS	216.215	195.884	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.796	6.472
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.436	685	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	81.656	152.362
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	214.779	194.912	ENCARGOS DIVERSOS	174.443	219.490
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	-	287	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	38.216	28.964
FINANCEIRAS	33.294	45.948	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.700	2.793
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	5.731	4.079	DESPESA DE CAPITAL	36.527	35.608
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	27.563	41.869	INVESTIMENTOS	7.573	627.998
MULTAS SOBRE ANUIDADES	8.949	6.789	INVERSÕES FINANCEIRAS	7.573	7.998
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18.614	35.080		-	620.000
TRANSFERENCIAS CORRENTES	755.155	748.927		-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.327	5.564		-	-
MULTAS DE INFRAÇÕES	171	3.972		-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.455	1.322		-	-
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	700	269		-	-
Receitas Não Identificadas	700	269		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	804.455	874.719	Pagamentos Extraorçamentários	819.789	864.499
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	7.517	16.875	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	16.875	16.203
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.085	10.811	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	10.811	500
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	77.619	353.473	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	77.619	71.185
Outros Recebimentos Extraorçamentários	718.234	493.560	Outros Pagamentos Extraorçamentários	714.484	776.610
Saldo em espécie do Exercício Anterior	307.017	812.347	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	451.004	307.017
Caixa e Equivalente de Caixa	307.017	812.347	Caixa e Equivalente de Caixa	451.004	307.017
Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	-	-	Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	-	-
Total:	2.294.922	2.828.643		2.294.922	2.828.643

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balleiro
Presidente CAU AP
CAU nº A21721-2
226.364.472-53

Weldeive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil
CRC-TO 004769/O-2
016.953.223-20

Impresso em: 30/01/2019 20:26

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.
 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página: 1/1

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO			
RECEITA CORRENTE	1.142.000	1.182.020	1.183.450	1.430			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	193.789	208.376	164.460	(43.917)			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	193.789	208.376	164.460	(43.917)			
ANUIDADES	193.789	208.376	164.460	(43.917)			
RECEITA DE SERVIÇOS	151.129	163.168	216.215	53.047			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	700	700	1.436	736			
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	150.129	162.168	214.779	52.611			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	300	300	-	(300)			
FINANCEIRAS	31.212	31.072	33.294	2.222			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	4.150	7.094	5.731	(1.363)			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	27.062	23.978	27.563	3.585			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	1.407	1.407	-	(1.407)			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	6.900	9.900	8.949	(951)			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18.755	12.671	18.614	5.943			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	765.570	763.529	755.155	(8.374)			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300	15.875	14.327	(1.548)			
MULTAS DE INFRAÇÕES	300	300	171	(129)			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	15.575	13.455	(2.120)			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	-	-	700	700			
Receitas Não Identificadas	-	-	700	700			
RECEITA DE CAPITAL	178.000	228.440	-	(228.440)			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	178.000	228.440	-	(228.440)			
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	178.000	228.440	-	(228.440)			
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-			
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	1.320.000	1.410.460	1.183.450	(227.010)			
DEFICIT	-	-	-	-			
TOTAL	1.320.000	1.410.460	1.183.450	(227.010)			
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO	DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.119.710	1.159.020	1.016.556	1.009.039	1.007.954	142.464	
PESSOAL	607.993	682.176	666.616	666.616	666.616	15.560	
PESSOAL E ENCARGOS	578.717	653.822	648.246	648.246	648.246	5.576	
DIÁRIAS	29.276	28.354	18.370	18.370	18.370	9.984	
MATERIAL DE CONSUMO	24.374	20.374	15.256	7.796	7.796	5.118	
MATERIAL DE CONSUMO	24.374	20.374	15.256	7.796	7.796	5.118	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	126.410	93.750	81.656	81.656	81.656	12.094	
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	20.640	20.910	20.526	20.526	20.526	384	
DIÁRIAS	105.770	72.840	61.130	61.130	61.130	11.710	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	302.866	263.644	175.585	175.528	174.443	88.059	
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	42.560	42.768	42.768	42.768	42.768	-	
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	5.500	24.000	2.000	2.000	2.000	22.000	
SERVIÇOS PRESTADOS	147.896	123.896	63.828	63.771	62.686	60.068	
PASSAGENS	106.910	72.979	66.988	66.988	66.988	5.991	
ENCARGOS DIVERSOS	18.500	59.849	38.216	38.216	38.216	21.633	
ENCARGOS DIVERSOS	18.500	59.849	38.216	38.216	38.216	21.633	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000	2.700	2.700	2.700	2.700	-	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.567	36.527	36.527	36.527	36.527	0	
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	11.634	11.634	11.634	11.634	11.634	-	
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	26.933	24.893	24.893	24.893	24.893	0	
CREDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	178.000	228.440	7.573	7.573	7.573	220.867	
INVESTIMENTOS	178.000	228.440	7.573	7.573	7.573	220.867	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	178.000	228.440	7.573	7.573	7.573	220.867	
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	22.290	23.000	-	-	-	23.000	
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.320.000	1.410.460	1.024.129	1.016.612	1.015.527	386.331	
SUPERÁVIT	-	-	159.321	-	-	(159.321)	
TOTAL	1.320.000	1.410.460	1.183.450	1.016.612	1.015.527	227.010	

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balieiro
Presidente CAU AP
CAU nº A21721-2
226.364.472-53

Welidse dos Santos Oliveira
Assessor Contábil
CRC-TO 004769/O-2
016.953.223-20

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESA CORRENTE	0,00	16.875,23	16.875,23	16.875,23	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	6.812,59	6.812,59	6.812,59	0,00	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	10.062,64	10.062,64	10.062,64	0,00	0,00
TOTAL:	0	16875,23	16875,23	16875,23	0	0
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESA CORRENTE	0,00	10.811,00	10.811,00	0,00	0,00	
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	10.811,00	10.811,00	0,00	0,00	
TOTAL:	0	10811	10811	0	0	

Impresso em: 30/01/2019 20:24

Balço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	650.859	336.895	PASSIVO CIRCULANTE	61.557	61.702
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	451.004	307.017	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.085	10.811
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	196.240	24.048	PROVISÕES A CURTO PRAZO	60.472	50.891
CLIENTES	174.694	130.906			
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	220.878	151.019			
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	29.824	-			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(229.156)	(257.876)			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-	3.750			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	3.615	2.079			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	650.910	688.832	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	-	-
IMOBILIZADO	650.910	688.832			
BENS MÓVEIS	184.493	176.920			
BENS IMÓVEIS	620.000	620.000			
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(153.583)	(108.088)			
			TOTAL DO PASSIVO	61.557	61.702
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	1.240.212	964.026
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.240.212	964.026
TOTAL	1.301.769	1.025.727	TOTAL	1.301.769	(1.025.727)
ATIVO FINANCEIRO	451.004	307.017	PASSIVO FINANCEIRO	69.074	78.577
ATIVO PERMANENTE	850.765	718.710	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL				1.232.695	947.150

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos	-	-	Saldo do Atos Potenciais Passivos	-	-
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Execução de Direitos Conveniados	-	-	Execução de Obrigações Conveniadas	-	-
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	42.251	-
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	-	-	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	42.251	-

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	381.930	228.440

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balleiro
Presidente CAU AP
CAU nº A21721-2
226.364.472-53

Weldeive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil
CRC-TO 004769/O-2
016.953.223-20

Impresso em: 25/03/2019 10:15

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página: 1/1

Página: 1/1

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
RECEITA CORRENTE	1.183.450	1.141.578
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	164.460	145.255
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	164.460	145.255
ANUIDADES	164.460	145.255
RECEITA DE SERVIÇOS	216.215	195.884
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.436	685
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	214.779	194.912
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	-	287
FINANCEIRAS	33.294	45.948
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	5.731	4.079
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	27.563	41.869
MULTAS SOBRE ANUIDADES	8.949	6.789
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18.614	35.080
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	755.155	748.927
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.327	5.564
MULTAS DE INFRAÇÕES	171	3.972
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.455	1.322
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	700	269
Receitas Não Identificadas	700	269
OUTROS INGRESSOS	795.853	847.032
DESEMBOLSOS	-	-
DESPESA CORRENTE	1.007.954	1.001.443
PESSOAL	666.616	555.753
MATERIAL DE CONSUMO	7.796	6.472
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	81.656	152.362
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	174.443	219.490
ENCARGOS DIVERSOS	38.216	28.964
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.700	2.793
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.527	35.608
OUTROS DESEMBOLSOS	819.789	864.499
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	151.560	122.668
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
INVESTIMENTOS	7.573	7.998
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	620.000
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.573)	(627.998)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	143.987	(505.330)

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	307.017,27	812.347,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	451.004,00	307.017,27

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balleiro
Presidente CAU AP
CAU nº A21721-2
226.364.472-53

Weldeive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil
CRC-TO 004769/O-2
016.953.223-20

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/AP é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno do CAU/AP.

O Conselho está localizado na Avenida Caramuru, 356, Cep 68902-100, Beírol, Macapá-AP.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AP procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2018.
- b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017. O percentual médio de anuidades pessoas físicas reduzido em 20%, com isso, registrou-se o percentual médio de 80% de inadimplência, já o percentual médio de anuidades pessoas jurídicas reduzido em 3%, logo, registrou-se o percentual médio de 97% de inadimplência.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio de instrução, plausível à realidade do CAU/AP, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

d) Reflexo patrimonial comparativo:

	2018	2017
Créditos de Anuidades	R\$ 395.571	R\$ 281.924
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(R\$ 229.156)	(R\$ 257.876)

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, sendo dada baixa automática, uma vez que são aquisições para consumo imediato, não havendo estocagem de materiais no Conselho.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/AP segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR e Orientação Técnica nº 01/2017 expedida pela Assessoria Contábil do CAU/AP, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Utensílios de copa e cozinha	10	10%
Edificações	25	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AP procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/AP adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	-	-
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	451.004	307.017
Total	451.004	307.017

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

Descrição	2018	2017
Créditos de anuidades do exercício	174.694	130.906
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	250.702	151.019
(-) Provisão para devedores duvidosos	(229.156)	(257.876)
Total	196.240	24.048

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2018	2017
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	425.396	281.924
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(229.156)	(257.876)
Total	196.240	24.048

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

7. Demais créditos e valores à curto prazo

Descrição	2018	2017
Adiantamento concedido a pessoal	-	3.750
Tributos a recuperar	-	-
Total	-	3.750

Nesse subgrupo encontram-se os títulos adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros bem como os créditos a receber por descentralização da prestação de serviços público, podendo seus valores variarem para menos ou mais dependendo do exercício. No exercício 2018, o adiantamento de férias concedido em dezembro do ano anterior foi descontado na folha de pagamento de janeiro, dessa forma, o valor foi zerado.

8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Descrição	2018	2017
Prêmios de seguros a apropriar	1.276	419
Assinaturas e anuidades a apropriar	2.339	1.661
Total	3.615	2.079

Nesse subgrupo encontram-se os títulos prêmio de seguros a apropriar bem como as assinaturas e anuidades a apropriar, podendo seus valores variarem para menos ou mais a medida que há o reconhecimento da despesa. Em 2018, o seguro do automóvel foi adquirido nos últimos meses do exercício, com isso, houve menos meses para reconhecimento da despesa, logo, o saldo a apropriar disponível no ativo variou para mais. Além disso, houve mais aquisições de créditos de publicações no diário oficial e menos publicações, com isso, o saldo da conta de assinaturas e anuidades apropriar houve crescimento, sendo sua diminuição à medida que há publicações no diário oficial da união.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Edifícios	620.000	(39.060)	580.940	603.260
Veículos	74.490	(65.924)	8.566	19.740
Móveis e utensílios	24.575	(10.369)	14.206	16.419
Máquinas e Equipamentos	19.874	(6.012)	13.862	13.653
Equipamentos de processamento de dados	59.635	(29.900)	29.735	31.627
Utensílios de Copa e Cozinha	5.919	(2.317)	3.601	4.134
Total	804.493	(153.583)	650.910	688.832

A

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Descrição	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2018
Edifícios	620.000	-	-	(39.060)	580.940
Veículos	74.490	-	-	(65.924)	8.566
Móveis e utensílios	24.575	-	-	(10.369)	14.206
Máquinas e Equipamentos	17.976	1.898	-	(6.012)	13.862
Equipamentos de processamento de dados	53.960	5.675	-	(29.900)	29.735
Utensílios de Copa e Cozinha	5.919	-	-	(2.317)	3.601
Total	796.920	7.573	-	(153.583)	650.910

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

10. Fornecedores a pagar

Descrição	2018	2017
Prestação de serviço	1.085	-
Fornecedor de materiais	-	10.811
Total	1.085	10.811

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias	1.085	10.811
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Total	1.085	10.811

11. Provisões a Curto Prazo

Descrição	2018	2017
Salários e encargos sociais	-	-
Provisão para férias e encargos sociais	60.472	50.891
Total	60.472	50.891

12. Provisão para riscos processuais

Não há processos trabalhistas e cíveis envolvendo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá.

13. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/AP, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

14. Patrimônio Líquido

Descrição	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit ou Déficit do Exercício	248.046	69.439
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	964.026	1.032.822
Ajustes de Exercícios Anteriores	28.141	(138.235)
Total	<u>1.240.212</u>	<u>964.026</u>

No exercício 2018, houve mudança na provisão de devedores duvidosos, com isso, as anuidades pessoas físicas e jurídicas passaram a ter suas provisões de acordo com o percentual individual. Assim, a média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, foi aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

15. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depreciação e amortização	45.495	40.686
Despesas com pessoal	657.827	536.227
Despesas com contratação de terceiros	329.424	560.508
Impostos, taxas e contribuições	10.182	13.863
Outras despesas	36.527	35.608
	<u>1.079.455</u>	<u>1.186.892</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.327.500	1.256.330
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.079.455)	(1.186.892)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>248.046</u>	<u>69.439</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.183.450	1.141.578
(-) Despesas Empenhadas	(1.024.129)	(1.657.127)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>159.321</u>	<u>(515.550)</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Disponível Apurado	451.004	307.017
(-) Passivo Financeiro	(69.074)	(78.577)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>381.930</u>	<u>228.440</u>

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	-
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para xxx veículos	40.586
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	400.000
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		<u>440.586</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

18. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

19. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes.

Welideive dos Santos Oliveira Assessor Contábil CAU-AP CRC-TO 004769/O-2	César Augusto Batista Balieiro Presidente do CAU-AP
--	--

Anexo do tópico 10.1

DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL.PDF



DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

Com a finalidade de atender à exigência da Resolução CAU/BR nº 101, de 27 de março de 2015, declaramos que os responsáveis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá – CAU/AP estão em dia com a exigência da apresentação da declaração de bens e rendimentos, conforme estabelece a Lei nº 8.730/93.

Macapá/AP, 31 de dezembro de 2018.

CESAR AUGUSTO BATISTA BALIEIRO
Presidente do CAU/AP

Assinatura(s)